

MANUAL DO ALUNO

DISCIPLINA ECONOMIA E GESTÃO

Módulos 1 e 2

República Democrática de Timor-Leste
Ministério da Educação



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

MANUAL DO ALUNO - DISCIPLINA DE ECONOMIA E GESTÃO
Módulos 1 e 2

AUTOR

ANTÓNIO ESPIGA PINTO

COLABORAÇÃO DAS EQUIPAS TÉCNICAS TIMORENSES DA DISCIPLINA

COLABORAÇÃO TÉCNICA NA REVISÃO

DESIGN E PAGINAÇÃO

UNDESIGN - JOAO PAULO VILHENA
EVOLUA.PT

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Centro de Impressão do Ministério da Educação, Juventude e Desporto

ISBN

978 - 989 - 753 - 026 - 5

TIRAGEM

50 EXEMPLARES

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE TIMOR-LESTE
2013



Índice

Noções Gerais de Economia	7
Apresentação.....	8
Objetivos da aprendizagem	8
Âmbito dos conteúdos.....	8
1. Noções Gerais de Economia	10
1. Introdução	10
1.1. Economia como Ciência.....	13
1.1.1. Micro e macroeconomia.....	16
1.1.2. Os três problemas da regulação económica.....	17
1.1.3. Custo de oportunidade.....	19
1.1.4. A Economia e a sociedade	21
2. Atividades económicas	22
2.1. Necessidades e bens.....	26
2.2. Ciclo produtivo.....	28
2.3. Forças de trabalho	28
2.4. Fases de produção	31
2.5. Fase da distribuição e consumo.....	32
2.6. Agentes económicos.....	33
3. Circuitos económicos.....	34
3.1. Empresas, famílias, estado	35
3.2. Economias de mercado.....	37
3.3. Produto, Rendimento e Despesa Nacional	38
4. Mercados.....	39
4.1. A distribuição e o mercado	40
4.2. Leis de mercado.....	49
4.3. Teoria da procura e da oferta	51



4.4. Elasticidade da procura.....	57
4.5. Elasticidade da oferta	59
4.6. Preço de equilíbrio.....	61
4.7. Fatores de influência	61
Exercícios	64
Bibliografia.....	67
A Empresa Agrícola no Contexto da Agricultura Timorense.....	71
Apresentação.....	72
Objetivos da aprendizagem	72
Âmbito dos conteúdos.....	72
2. A Empresa Agrícola no Contexto da Agricultura Timorense	74
1. Caracterização da Agricultura Timorense	74
1.1. Estrutura produtiva.....	78
1.2. Formas e tipos de exploração	82
1.3. População ativa agrícola	84
1.4. Utilização da terra.....	86
1.5. Orientação produtiva e níveis de produtividade	95
2. Composição da superfície da exploração agrícola	96
3. A empresa agrícola	98
3.1. Exploração agrícola.....	98
3.2. Propriedade rústica	99
3.3. Prédio rústico, bloco, parcela	99
3.4. Sistema de produção	100
3.5. Tipos de empresas agrícolas.....	103
3.5.1. Patronal, familiar, cooperativa, agricultura de grupo	103
3.5.2. Sociedades.....	105
4. Formas de exploração da terra	106
4.1. Conta própria, arrendamento, parceria, outras formas	107



5. Fatores de produção	108
6. As Empresas.....	114
6.1. A sua natureza	114
6.2. Características e dimensão	117
7. A constituição da empresa	118
7.1. Processos necessários para a constituição das empresas	122
7.2. Entidades existentes	122
Exercícios	124
Bibliografia	128







Noções Gerais de Economia

Módulo 1

Apresentação

Com este primeiro módulo pretende-se que o aluno reconheça que a ciência económica, a sociedade e os mecanismos de regulação do mercado existentes influenciam diretamente a empresa agrícola e que o estudo dos problemas e das respostas que genericamente são dadas na economia, facilitam a compreensão das relações estabelecidas entre agentes económicos.

Objetivos da aprendizagem

- Delimitar o campo da ciência económica;
- Identificar a necessidade e a capacidade económica;
- Classificar os bens;
- Delimitar os setores de atividade;
- Explicar a função desempenhada por cada agente económico;
- Distinguir os vários tipos de economia;
- Definir o conceito de mercado;
- Identificar os elementos do mercado regulador;
- Identificar as razões da flutuação dos preços.

Âmbito dos conteúdos

1. Introdução
 - 1.1. Economia como Ciência
 - 1.1.1. Micro e macroeconomia
 - 1.1.2. Os três problemas da regulação económica
 - 1.1.3. Custo de oportunidade
 - 1.1.4. A Economia e a sociedade
2. Atividades económicas
 - 2.1. Necessidades e bens
 - 2.2. Ciclo produtivo
 - 2.3. Forças de trabalho



- 2.4. Fases de produção
- 2.5. Fase de distribuição e consumo
- 2.6. Agentes económicos
- 3. Circuitos económicos
 - 3.1. Empresas, Famílias, Estado
 - 3.2. Economias de mercado
 - 3.3. Produto, Rendimento e Despesa Nacional
- 4. Mercados
 - 4.1. Distribuição e o mercado
 - 4.2. Leis de mercado
 - 4.3. Teoria da procura e da oferta
 - 4.4. Elasticidade da procura
 - 4.5. Elasticidade da oferta
 - 4.6. Preço de equilíbrio
 - 4.7. Fatores de influência



1. Noções Gerais de Economia

1. Introdução

O termo *economia* vem do grego οικονομία (de οἶκος , *oikos*, ‘casa’ + νόμος , *nomos*, ‘costume ou lei’, ou também ‘gerir, administrar’: daí “regras da casa” ou “administração doméstica”).

Início do Pensamento Económico

O pensamento económico na Antiguidade remonta às civilizações mesopotâmicas, Grega, Romana, Indiana, Chinesa, Persa e Árabe (fig. 1). De entre os autores mais notáveis estão Aristóteles, Chanakya, Qin Shi Huang, Tomás de Aquino e Ibn Khaldun. Joseph Schumpeter considerou inicialmente a escolástica tardia do período que vai do século XIV ao XVII como a “que chega mais perto do que qualquer outro grupo de ser os ‘fundadores’ da economia científica quanto às teoria monetária, de juros e do valor dentro de uma perspectiva das leis naturais. Depois de descobrir a obra *Muqaddimah* de Ibn Khaldun, no entanto, Schumpeter mais tarde considerou Ibn Khaldun o mais próximo antecedente da economia moderna, uma vez que muitas das suas teorias económicas não eram conhecidas na Europa até à época moderna.



Figura 1 - Primeira moeda grega

Dois outros grupos, mais tarde chamados de “mercantilistas” e “fisiocratas”, influenciaram mais diretamente o desenvolvimento subsequente da disciplina. Ambos os grupos estavam associados à ascensão do nacionalismo económico e do capitalismo moderno na Europa. O mercantilismo era uma doutrina económica que floresceu do século XVI ao XVIII através de uma prolífica literatura de panfleto quer de autoria de mercantes quer de estadistas. Defendiam a ideia de que a riqueza de uma nação dependia da sua acumulação de ouro e prata. As Nações que não tinham acesso às minas poderiam



obter ouro e prata através do comércio internacional apenas se vendessem bens ao exterior e restringissem as importações que não fossem de ouro e prata. A doutrina advogava a importação de matérias-primas baratas para serem transformadas em produtos manufaturados destinados à exportação e também o intervencionismo estatal no sentido de impor tarifas protecionistas à importação de produtos manufaturados e a proibição de manufaturas nas colónias.

Os fisiocratas, um grupo de pensadores e escritores franceses do século XVIII, desenvolveram a ideia da economia como um fluxo circular. Adam Smith descreveu esse sistema com «todas as suas imperfeições» como «talvez a mais pura aproximação da verdade que já foi publicada» sobre o assunto. Os fisiocratas acreditavam que somente a produção agrícola gerava um claro excedente sobre o custo, de forma que a agricultura constituía a base de toda a riqueza. Assim, eles opunham-se às políticas mercantilistas de promoção das manufaturas e do comércio em detrimento da agricultura, inclusive tarifas de importação. Advogavam a substituição do complexo e custoso sistema de arrecadação de tributos por um único imposto sobre a renda dos proprietários de terra. Variações sobre tal imposto fundiário foram retomadas por economistas posteriores (inclusivé Henry George um século mais tarde) como uma fonte de receita que não distorcia tanto a economia. Como reação às copiosas regulamentações mercantilistas, os fisiocratas defendiam uma política de *laissez-faire*, que consistia numa intervenção estatal mínima na economia (fig. 2).



Figura 2 - Mercado da idade média por Pieter Bruegel der Ältere, 1568



Discussões influentes nos primórdios da economia política estavam relacionadas com a *riqueza* amplamente definida, como na obra de David Hume e Adam Smith. Hume argumentava que ouro adicional, sem incremento da produção, só servia para aumentar os preços. Smith também descreveu a riqueza real não em termos de ouro e prata como anteriormente, mas como a «*produção anual do trabalho e da terra da sociedade.*»

John Stuart Mill definiu a economia como “*a ciência prática de produção e distribuição de riqueza*”; esta foi a definição adotada pelo *Concise Oxford English Dictionary* apesar de não incluir o papel vital do consumo. Para Mill, a riqueza é definida como o acervo de coisas úteis.

Definições da disciplina em termos de riqueza enfatizam a produção e o consumo. Essa definição foi acusada pelos críticos por ser estreita demais, colocando a riqueza à frente do homem. Por exemplo, John Ruskin chamou a economia política de “*a ciência de ficar rico*” e “*and a bastard science.*”

Definições mais amplas desenvolveram-se para incluir o estudo do homem, da atividade humana e do seu bem-estar. Alfred Marshall, no seu livro *Principles of Economics*, escreveu, “*A Economia Política ou Economia é um estudo da humanidade nos negócios da vida quotidiana; ela examina essa parte do indivíduo e da ação social que é mais fortemente ligada ao uso dos requisitos materiais para o bem-estar.*”

A palavra **Economia** não designa apenas ciência económica, mas também pode designar atividade económica (a nossa economia vai mal) ou sistema económico (economia capitalista). Em senso comum, a palavra economia = poupança (rendimento - despesa = poupança) (produção - consumo = poupança) o que traduz a presença do binómio recursos / necessidades. A Economia e os seus problemas estão presentes na vida quotidiana das pessoas de forma abrangente e de forma visível, que sentem os problemas económicos ao nível do:

- Desemprego
- Aumento do nível dos preços
- Subida dos impostos
- Escassez de recursos
- Juros elevados
- Salários baixos
- Repartição injusta do rendimento



Os problemas económicos caracterizam-se por serem: complexos, interrelacionados, incertos. Têm origem na atividade económica: todo o esforço desenvolvido pelo Homem para obter (produzir) bens escassos para satisfazer as suas necessidades ilimitadas.

A atividade económica é constituída pelos chamados “fenómenos económicos”:

- Produção
- Distribuição
- Consumo
- Repartição
- Poupança

Conclui-se que a atividade económica encontra-se presente em toda a realidade que nos rodeia e cabe à Economia estudar os problemas que lhe dizem respeito, para os tentar resolver: aumento do bem-estar das pessoas (nível de vida), aumento da satisfação das necessidades das pessoas. Contudo, os “fenómenos económicos” constituem apenas uma parcela / faceta (forma de ver) de toda a complexa realidade social que nos rodeia, devendo as questões económicas estar presentes na resolução dos problemas, mas não devem ter o exclusivo das decisões (é necessário ter em conta fatores ambientais, custos e benefícios, cumprimento da legislação, etc.). Hoje em dia, com a mundialização da Economia, a dimensão dos problemas económicos assume uma escala planetária (maior dependência e integração das Economias).

1.1. Economia como Ciência

Uma das características de qualquer ciência é o uso do método científico, com a exigência de estabelecer hipóteses e fazer previsões que possam ser testadas com dados empíricos, onde os resultados são passíveis de serem demonstrados e repetidos, através da reprodução das mesmas condições da experiência. Em economia são conduzidas algumas experiências em áreas aplicadas, em particular, nos subcampos da economia experimental e comportamento do consumidor, focados na experimentação usando sujeitos humanos; e no subcampo da econometria, focada em testar hipóteses quando os dados estatísticos não são gerados em experiências controladas. No entanto, à semelhança das outras ciências sociais, pode ser difícil os economistas conduzirem certas experiências formais devido a questões práticas e morais envolvendo sujeitos humanos.



O estatuto das ciências sociais como ciências empíricas, ou mesmo ciências, tem sido objeto de discussão desde o século XX. Alguns filósofos e cientistas, notavelmente Karl Popper, afirmam que nenhuma hipótese, proposição ou teoria empírica pode ser considerada científica se nenhuma observação puder ser feita que a possa contradizer, insistindo numa falsificabilidade estrita. Os críticos alegam que a economia não pode atingir sempre a falsificabilidade popperiana, mas os economistas apontam muitos exemplos de experiências controladas que fazem exatamente isso, apesar de conduzidas em laboratório.

Enquanto a economia tem produzido teorias que se correlacionam com os comportamentos observados na sociedade, a economia não gera leis naturais ou constantes universais devido à sua dependência de argumentos não físicos. Isso tem levado alguns críticos a argumentar que a economia não é uma ciência. Em geral, os economistas respondem que, enquanto esse aspeto apresenta sérias dificuldades, eles de facto testam as suas hipóteses usando métodos estatísticos como a econometria usando dados gerados no mundo real. O campo da economia experimental tem feito esforços para testar pelo menos algumas das predições de teorias económicas em ambientes simulados em laboratório - um esforço que rendeu a Vernon Smith e Daniel Kahneman o Prémio Nobel em Economia em 2002.

Apesar de a maneira convencional de interligar um modelo económico com o mundo ser através da análise econométrica, a professora e economista Deirdre McCloskey cita muitos exemplos em que professores de econometria usaram os mesmos dados para tanto provar e negar a aplicabilidade das conclusões de um modelo. Ela argumenta que muito dos esforços despendidos por economistas em equações analíticas é essencialmente um esforço desperdiçado (posição seguida por economistas brasileiros como Pêrsio Arida). Os econometristas respondem que essa é uma objeção a qualquer ciência, não apenas à economia. Críticos de McCloskey replicam dizendo que, entre outras coisas, ela ignora exemplos em que a análise económica é conclusiva e que as suas afirmações são ilógicas. Alguns economistas, como Friedrich Hayek (Prémio Nobel), são da opinião que a tendência para a economia imitar os métodos e procedimentos das ciências físicas leva a resultados não científicos, por se tratar da aplicação mecânica e não crítica de hábitos de pensamento vindos de áreas sem as especificidades das ciências sociais.



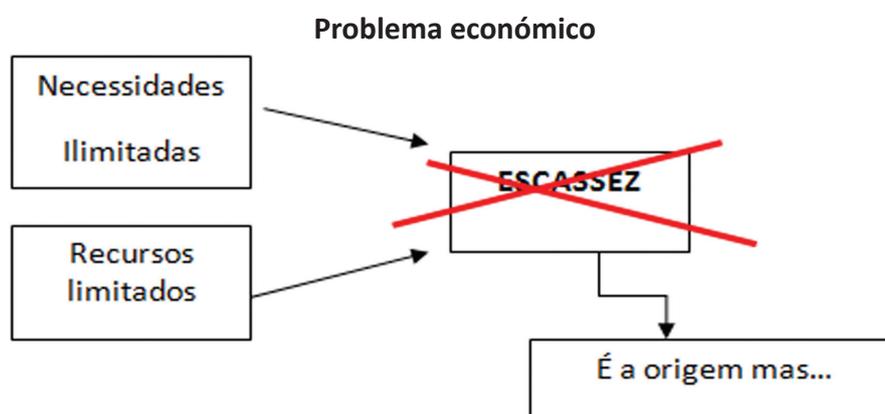
A economia já foi apelidada de «ciência sombria» (*The dismal science* no original em inglês), de forma humorística e até mesmo depreciativa. A expressão é atribuída ao historiador vitoriano Thomas Carlyle, no século XIX. Afirma-se que Carlyle apelidou a economia de “ciência sombria” como resposta aos escritos do reverendo Thomas Robert Malthus do final do século XVIII, que sinistramente previa a fome como resultado do crescimento projetado da população exceder a taxa de aumento da oferta de alimentos. No entanto, a expressão foi efetivamente usada por Carlyle no contexto de um debate com John Stuart Mill sobre a escravidão, no qual Carlyle argumentava a favor e Mill contra.

Também existe controvérsia acerca da relação entre a economia e a política. Alguns economistas, como John Stuart Mill ou Leon Walras, defenderam que a produção de riqueza não deveria estar ligada à sua distribuição. A primeira está no campo da «economia aplicada» enquanto a segunda pertence à «economia social» e é em grande parte uma questão de poder e política.

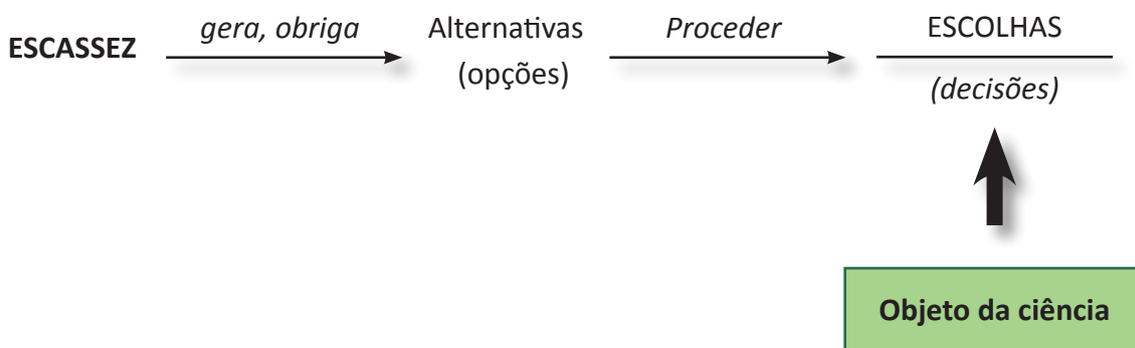
No entanto, qual o objeto de estudo em Economia? Qual a perspetiva própria da realidade social que a Economia pretende estudar?

As questões que interessam à Economia e para as quais tenta encontrar soluções **são**:

- Produção
- Consumo
- Distribuição
- Poupança
- Repartição da riqueza
- Satisfação das necessidades da população
- Maximização do seu bem-estar



O problema económico consiste na adequação dos recursos escassos às necessidades ilimitadas (múltiplas), uma gestão ótima dos recursos de forma a maximizar o bem-estar da população.



A Economia é a ciência das **decisões** e das **escolhas**, com vista ao aproveitamento ótimo dos recursos.

Escolha significa sacrificar algo (renunciar a outras possibilidades de consumo, de produção).

Custo de oportunidade ou custo de substituição

Custo de oportunidade: avaliação das quantidades de bens que não podem ser produzidas / consumidas em consequência da produção / consumo de um bem determinado.

1.1.1. Micro e macroeconomia

A economia é geralmente dividida em dois grandes ramos: a **microeconomia**, que estuda os comportamentos individuais, e a **macroeconomia** que estuda o resultado agregado dos vários comportamentos individuais. Atualmente, a economia aplica o seu corpo de conhecimento para análise e gestão dos mais variados tipos de organizações humanas (entidades públicas, empresas privadas, cooperativas etc.) e domínios (internacional, finanças, desenvolvimento dos países, ambiente, mercado de trabalho, cultura, agricultura, etc.).

A **Macroeconomia** trata do comportamento da economia como um todo, com períodos de recuperação e recessão, a produção total de bens e serviços da economia e o



crescimento do produto, as taxas de inflação e desemprego, balança de pagamentos e taxa de câmbio. Lida ainda com as flutuações a curto prazo que constituem o ciclo de negócios, políticas fiscais, monetárias, cambiais e creditícias. Lida com a quantidade de dinheiro em circulação, a balança comercial, variações nos preços e salários, exportação e importação, etc.

A **Microeconomia** atua no âmbito dos consumidores e/ou das empresas (ou indústria se preferir). Lida com as preferências dos consumidores e a utilidade que essas preferências lhe conferem, de modo que podemos traçar as suas escolhas. Lida com a procura de mercado de um determinado bem ou serviço, com a quantidade do bem que a firma deve oferecer, a quantidade do bem que a indústria deve disponibilizar como oferta (relativa a cada empresa que produz o mesmo bem, o seu preço e a sua procura). Trata do estudo dos monopólios, oligopólios, concorrência perfeita. Teoria dos Jogos. Traça estratégias de maximização de lucros e minimização de custos para as empresas. Na microeconomia é possível o desenvolvimento de modelos de fenómenos sociais simplificados, o que pode ser útil antes de se lançar um produto novo no mercado, por exemplo, e por falar em mercado, esse é um dos pilares do estudo da microeconomia.

1.1.2. Os três problemas da regulação económica

Segundo Paul A. Samuelson e William D. Nordhaus, economia pode ser definida como a ciência que estuda a forma como as sociedades utilizam os recursos escassos para produzir bens com valor e de como os distribuem entre os vários indivíduos. Nesta definição estão implícitas duas questões fundamentais para a compreensão da economia: por um lado a ideia de que os bens são escassos, ou seja, não existem em quantidade suficiente para satisfazer plenamente todas as necessidades e desejos humanos; por outro lado a ideia de que a sociedade deve utilizar os recursos de que dispõe de uma forma eficiente, ou seja, deve procurar formas de utilizar os seus recursos de forma a maximizar a satisfação das suas necessidades.



Dito por outras palavras, a economia procura responder a três questões, as quais constituem os três problemas de qualquer organização económica: o quê, como e para quem:

- O que produzir e em que quantidades? Que produtos e serviços deverão ser produzidos de forma a satisfazerem da melhor forma possível as necessidades da sociedade?
- Como devem os bens ser produzidos? Que tecnologias e métodos de produção utilizar? Que matérias-primas deverão ser utilizadas para produzir determinado produto? Como maximizar a produção tendo em conta os recursos disponíveis?
- Para quem são os bens produzidos? Como repartir pelos diferentes agentes económicos os rendimentos disponíveis? Quem deverá ganhar mais e quem deverá ganhar menos?

Da forma como as sociedades respondem as estas três questões resultam diferentes sistemas de organização económica - nos dois extremos podemos distinguir duas formas de organização económica alternativa:

- **Economias centralizadas ou de direção central** - neste tipo de economias as principais decisões, quanto ao quê, ao como e ao para quem devem ser produzidos os bens, são tomadas pelo governo;
- **Economias de mercado** - nestas economias é o próprio mercado (composto por quem oferece e por quem procura os bens) quem decide a resposta às três questões que constituem os problemas de qualquer organização económica.

Contudo, na verdade não existem atualmente sociedades que se encaixem em nenhum dos dois casos extremos expostos. De facto, todas as sociedades atuais estão organizadas em economias mistas na medida em que contêm características quer das economias de mercado, quer das economias de direção central. Nas economias ocidentais, por exemplo, é o mercado que determina o quê, o como e o para quem produzir mas os governos desempenham papéis importantes, como a supervisão e regulamentação das atividades económicas, a oferta de serviços públicos ou a repartição dos recursos pelos agentes económicos.



1.1.3. Custo de oportunidade

O **custo de oportunidade** é um termo usado em economia para indicar o custo de algo em termos de uma oportunidade renunciada, ou seja, o custo, até mesmo social, causado pela renúncia do agente económico, bem como os benefícios que poderiam ser obtidos a partir desta oportunidade renunciada ou, ainda, a mais alta renda gerada em alguma aplicação alternativa.

O custo de oportunidade foi definido como uma expressão «*da relação básica entre escassez e escolha*». São custos implícitos, relativos aos insumos¹ que pertencem à empresa e que não envolvem desembolso monetário. Esses custos são estimados a partir do que poderia ser ganho no melhor uso alternativo (por isso são também chamados custos alternativos ou custos implícitos). Os custos económicos incluem, para além do custo monetário explícito, os custos de oportunidade que ocorrem pelo facto dos recursos poderem ser usados de formas alternativas.

Por outras palavras: O custo de oportunidade representa o valor associado à melhor alternativa não escolhida. Ao se tomar determinada escolha, deixa-se de lado as demais possibilidades, pois são eliminatórias, (escolher uma é recusar outras). À alternativa escolhida, associa-se como “custo de oportunidade” o maior benefício NÃO obtido das possibilidades NÃO escolhidas, isto é, “a escolha de determinada opção impede o usufruto dos benefícios que as outras opções poderiam proporcionar”. O mais alto valor associado aos benefícios não escolhidos pode ser entendido como um custo da opção escolhida, o chamado custo “de oportunidade”.

Exemplos:

Um exemplo clássico da literatura económica: imagine uma fábrica de cadeiras que produzia 10 cadeiras por mês num mercado que absorvia totalmente esta produção. Diante de uma oportunidade de negócios, esta fábrica resolveu iniciar uma produção de um novo produto: mesas. Porém, ao contratar recursos para tal, descobriu que terá de deixar de produzir 2 cadeiras para alimentar a saída de 2 mesas. O custo de oportunidade está no valor perdido da venda das 2 cadeiras que deixaram de ser fabricadas.

Se uma cidade decide construir um hospital num terreno vazio de propriedade estatal ou pública, o custo de oportunidade é representado pela renúncia a erguer outras 1 [Economia] Elemento ou conjunto de elementos que entra na produção de bens ou serviços.



construções naquele terreno com o capital investido. Rejeita-se, por exemplo, a possibilidade de construir um centro desportivo, ou um estacionamento, ou ainda a venda do terreno para amortizar parte das dívidas da cidade, e assim por diante.

As punições previstas para as autoridades que desrespeitem a Lei, no que se refere a aplicabilidade do custo de oportunidade, varia de país para país.

Em relação a termos não-monetários

O custo de oportunidade não é definido só em termos monetários, mas, ao invés, pode ser definido em termos de qualquer coisa que pode ser valorizada pela pessoa ou ente envolvido. Não se pode medir o valor da construção de uma estrada ou de um parque, um hospital ou uma esquadra de polícia. Ou até mesmo o custo de oportunidade de estar neste momento a escrever esta intervenção, ele será tão elevado quanto a importância da atividade alternativa. Esse custo varia entre diferentes pessoas e momentos, ou seja, o custo de algo é equivalente ao custo do que se renuncia para obtê-lo, assim definimos o Custo de Oportunidade como *“o preço da renúncia de um bem de modo a se obter outro bem.”*

Diferenças entre custo económico e custo contabilístico

O custo económico corresponde ao custo contabilístico acrescido do custo de oportunidade.

Avaliar o custo de oportunidade é fundamental em qualquer operação económica, ainda mais quando não estão explícitos valores financeiros (como os preços), o que pode levar a uma ilusão de que se obtiveram benefícios sem qualquer custo.

Alguns tipos de custo de oportunidade

Custo de oportunidade escondido é o verdadeiro e camuflado custo da operação. A consciência do conceito de custo de oportunidade leva à percepção do custo camuflado em cada decisão económica.

Devido a esse facto, hoje em dia, as grandes obras públicas já têm embutido esse tipo de custo, pois, caso contrário, haveria abertura de uma lacuna para incluir outros benefícios inerentes à obra.



Custo de oportunidade aberto, tal como o escondido, não tem em consideração o conceito de camuflagem ou o embuste de custos sob as diversas máscaras contabilísticas.

Custo de oportunidade contabilístico é o planeamento do custo aberto ou camuflado na forma contabilística (âmbito da Contabilidade Gerencial, segmento da Contabilidade de Custos).

Custo de oportunidade ambiental é o máximo valor que poderia ter sido obtido pelo usufruto de um recurso natural. Como, por exemplo, o custo de oportunidade de não desmatar uma reserva de preservação ambiental para a agricultura seria o que se deixa de ganhar com a atividade renunciada.

1.1.4. A Economia e a sociedade

A análise da atividade económica pressupõe a definição dos seus diferentes atores sociais e a identificação das suas relações, isto é, o estudo dos agentes económicos e dos seus comportamentos. Assim, chamamos agentes económicos a todas as entidades que intervêm na atividade económica.

Agentes Económicos:

Famílias - Conjuntos de pessoas que vivem na mesma habitação e cuja função principal é o consumo e no caso das empresas individuais, também a produção.

Empresas - Unidades de produção cuja função principal consiste na produção de bens e serviços.

Estado - Agregado (Administrações Públicas Centrais e Locais e Segurança Social) cujas funções principais são a produção de bens e de serviços não comercializáveis e a redistribuição de rendimentos.

Resto do Mundo - Conjunto de Agentes Económicos do exterior que realizam trocas com os agentes económicos nacionais.



Atividades Económicas:

Produção - Atividade económica, socialmente organizada que consiste na criação de bens e serviços aptos a satisfazerem as necessidades.

Distribuição - Atividade económica que consiste em pôr à disposição dos clientes os bens produzidos.

Repartição de Rendimentos - Conjunto de operações que contribuem para a distribuição do rendimento nacional entre os diferentes agentes económicos.

Utilizações dos Rendimentos - Conjunto de operações que têm a ver com a forma como os agentes económicos utilizam o seu fluxo de recursos:

Consumo - Operação económica de utilização de um bem ou de um serviço que conduz à satisfação de necessidades.

Poupança - Fração do rendimento de um agente económico que não é destinada ao consumo.

2. Atividades económicas

A enorme tarefa de reconstruir Timor-Leste apresenta sérios desafios para a sua população. Olhando para além da assistência financeira dos doadores, a verdadeira questão é, provavelmente, como atrair o investimento direto externo. Existem sérios entraves, tanto a curto como a longo prazo, ao investimento externo e aos benefícios que dele decorreriam, o nível de desenvolvimento dos recursos humanos e algumas questões legais, sobretudo em termos de posse da terra. Este, aliás, tem sido o maior obstáculo à atração de investimento: a ausência de garantias de posse impede a decisão dos investidores.

A integração nos acordos económicos regionais é tanto uma questão económica como política. Ambas as dimensões devem ser tidas em consideração na opção de Timor-Leste participar nesses acordos. A ASEAN parece ser a solução mais lógica para o desenvolvimento da integração económica internacional de Timor-Leste, mas o *timing* e os detalhes específicos de um período de transição devem ser seriamente analisados com os novos parceiros.



Se deseja um desenvolvimento rápido da sua economia, Timor-Leste deve envolver-se ativamente no comércio com os países vizinhos. No futuro Timor-Leste deverá acolher investimentos de firmas que desejem operar num ambiente sem barreiras artificiais ao comércio. Mas um clima seguro de investimento necessitará de leis apropriadas que garantam os direitos de propriedade e os contratos, com um código comercial justo e leis laborais, minimizando os custos empresariais.

A **Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSEA/ASEAN)** é uma organização regional de estados do sudeste asiático que foi constituída em 8 de agosto de 1967. Os principais objetivos da ASEAN são acelerar o crescimento económico e fomentar a paz e a estabilidade regionais. A ASEAN estabeleceu um fórum conjunto com o Japão, e um acordo de cooperação com a União Europeia. A sede e secretariado permanente encontram-se em Jacarta.

Os indicadores referidos são apenas sugestões que se consideram como úteis, a seguir referiremos várias atividades económicas de referência que são características da maioria dos países (fig. 3).



Figura 3 - Atividades económicas

Tratando-se da disciplina de Economia e Gestão do curso Técnico de Produção Agrária, daremos mais ênfase às atividades específicas deste curso.

Toda a economia atual da população timorense está ligada à terra e esta situação tem tendência para se prolongar ainda por muito tempo. Podemos dizer que a agricultura que existe em Timor-Leste é, ainda, de subsistência.



Na costa norte existem boas condições para a agricultura nos amplos vales das ribeiras, onde se tem desenvolvido a cultura do arroz em regadio. A preparação da terra para a sementeira do arroz de regadio tem lugar depois das primeiras chuvas, durante a qual a terra é revolvida pela passagem contínua dos búfalos conduzidos pelos agricultores.

As encostas do planalto de Baucau é um local privilegiado para a plantação do arroz. Além do arroz, são também viáveis as culturas do algodão, da cana-de-açúcar e do café.

Na costa sul, o regime de chuvas permite a agricultura de sequeiro, até aos seiscentos metros de altitude e, excluindo uma pequena faixa costeira, toda a região tem um importante potencial agrícola. A cultura do arroz pratica-se nas planícies que se estendem de Betano a Viqueque. A fertilidade dos solos permite ainda um aproveitamento importante das terras, sendo que em muitas encostas e nas margens de certas linhas de água desenvolve-se a cultura do café.

Dos seiscentos aos dois mil metros de altitude estende-se a região agrícola montanhosa. O vale de Gleno, o planalto de Aileu, Ermera, e a zona de Lai Soro Lai são extremamente férteis. Cultiva-se o café em larga escala, sendo toda a região produtora de milho, batata-doce, batata, feijão, etc. Em certas áreas produz-se igualmente trigo, cevada, ervilha e fava.

Além do café, as outras grandes produções para exportação são a borracha (das seringueiras de Hatolia, Viqueque, da costa sul, etc.) e a copra, dos coqueiros litorais e das terras baixas.

O Café é um produto precioso em geral, e particularmente para os habitantes das aldeias das montanhas, porque a troco de picos ele recebe mercadorias e utensílios de fabrico industrial.

No litoral sul e nalguns pontos da costa norte cultiva-se o tabaco em extensos campos cercados. Nos bazares semanais os agricultores vendem grandes quantidades de tabaco em sacas ou em pequenas porções.

A agricultura itinerante é a mais praticada, especialmente no leste da ilha; o terreno é aproveitado para cultivar durante dois anos, permanecendo em pousio durante dez ou mais.



OÉ-CUSSI

Com uma agricultura unicamente de subsistência em Oé-cussi produzem-se pequenas quantidades de feijão, algodão, cebola e amendoim. Em maior quantidade produz-se o milho, a mandioca, a batata-doce e o arroz.

ERMERA E LIQUIÇA

Em Ermera há uma grande produção de café e de borracha, o que lhe confere enorme relevância na economia do país, por contribuir com mais de 60 % do valor total das suas transações.

Ermera e Liquiçá, também produzem outro tipo de produtos: mandioca, batata-doce e batata europeia, milho, feijão, amendoim, ervilha e tabaco.

BOBONARO

As principais produções agrícolas são o milho, batata-doce, mandioca, arroz, feijão e amendoim.

COVA LIMA

A maior parte da população de Cova Lima trabalha na agricultura ou dedica-se à criação de gado. Os produtos da agricultura incluem milho, mandioca e tabaco.

SURO

A agricultura em Suro é a principal ocupação da população. Produz-se batata-doce, milho, mandioca, feijão, café, amendoim, tabaco e ainda batata europeia, ervilha e cebola.

MANATUTO

Em termos agrícolas produz-se arroz, milho, mandioca, batata-doce, feijão, tabaco e amendoim.

LAUTEM

Situado na ponta oriental da ilha de Timor, Lautem vive essencialmente da agricultura e da pecuária.



Estes indicadores são elucidativos para entender que a economia agrícola tem grande peso no desenvolvimento de Timor-Leste, daí que a aposta deverá ser na melhoria do que já se faz e “dar o salto” para a produção com vista ao consumo interno e desenvolver atividades com vista à exportação melhorando, assim, eficazmente a economia, quer do produtor, quer do país.

2.1. *Necessidades e bens*

Necessidade - Estado de carência ou de mal-estar que se sente pela falta de qualquer coisa ou pela não realização de qualquer ato, por exemplo, a necessidade de comer ou de ir ao cinema. As necessidades renovam-se e diversificam-se constantemente, podendo ser consideradas ilimitadas. Apresentam ainda outras características, tais como:

Multiplicidade - Os indivíduos desejam cada vez mais coisas, para além daquelas que são indispensáveis à sua sobrevivência;

Saciabilidade - A intensidade de uma necessidade diminui à medida que é satisfeita;

Interdependência - As necessidades ou são substituíveis umas pelas outras, ou são complementares, como é o caso do automóvel e da gasolina.

A sua classificação pode ser feita, nomeadamente, de acordo com os seguintes critérios:

- natureza das necessidades;
- modo de satisfação das necessidades.

Natureza das necessidades: primárias, secundárias e terciárias

Primárias - são aquelas cuja satisfação é indispensável para assegurar a sobrevivência do indivíduo (alimentação, vestuário, etc.)

Secundárias - dizem respeito a tudo aquilo que é necessário, mas não é indispensável à sobrevivência do ser humano (leitura, divertimentos, etc.)



Terciárias - compreendem o supérfluo (jóias, perfumes, etc.). Estas variam de país para país, consoante os grupos sociais e os modos de vida. Igualmente variam no tempo. O que atualmente é primário, outrora era supérfluo.

Modo de satisfação das necessidades: individuais e coletivas

Individuais - São aquelas cuja satisfação é pessoal. No entanto, a sua não satisfação não impede que os outros membros da coletividade satisfaçam essa mesma necessidade - ex. fome.

Coletivas - São aquelas que resultam da vida em sociedade e dizem respeito a todos os seus membros. Estas necessidades são satisfeitas por bens necessários a toda a coletividade - ex. segurança, justiça.

As necessidades humanas impõem a existência de bens. Sendo múltiplas e complexas, as necessidades não podem satisfazer-se só com bens naturais e livres, ou seja, os que existem na natureza e não têm um custo.

É imperioso criar bens; é imprescindível à subsistência do homem, usando o trabalho, arrancá-los à natureza. É preciso transformá-los e dar-lhes uma utilidade, ou seja, permitir que estejam aptos a ser consumidos, logo, a satisfazer necessidades.

Os homens participam assim de uma atividade que gera valor - **a produção**. Mas os bens também necessitam de ser **armazenados, distribuídos, comercializados**, o que gera mais valor.

Participando da criação de valor, os homens querem uma parte do valor que criam e a sociedade criou o salário. Mas a criação de valor também se pode fazer cedendo bens às atividades geradoras de outros bens e esses bens que se cedem, podem ser o dinheiro, máquinas, serviços, etc. Gera-se assim na sociedade uma rede de criadores de valor - os que produzem, os que comercializam, os que emprestam, os que arrendam, etc. Ao mesmo tempo toda a sociedade, consumindo, gasta esse valor e o ciclo não pára.

Podemos então perguntar para cada sociedade: Quem gera valor? Como se gera valor? Quanto valor se gera? Como se reparte o valor gerado? Como se gasta o valor que se gera?



2.2. Ciclo produtivo

Ciclo produtivo é um conceito económico. Caracteriza a série de eventos que geram um bem como, por exemplo, a sementeira, colheita, produto, transporte e venda de todos os subprodutos de algo anteriormente plantado numa propriedade (fig. 4).



Figura 4 - Ciclo Produtivo

O processo produtivo envolve o cumprimento de um conjunto de etapas realizadas pela mesma empresa ou por empresas diferentes, mas todas conducentes à obtenção do mesmo bem. Neste caso, diz-se que o processo de produção de qualquer bem económico obedece a um ciclo produtivo que se repete com uma certa regularidade.

2.3. Forças de trabalho

Por força de trabalho entende-se a capacidade possuída pelo conjunto de indivíduos que participam no decurso do processo económico, detentores das capacidades físicas e mentais já existentes no corpo humano ou adquiridas através da experiência e da formação de base acumulada de geração em geração, e que o homem põe em movimento ao produzir valores de uso.

O uso da força de trabalho é a condição fundamental do processo produtivo em qualquer sociedade. O dispêndio de força de trabalho tem como objetivo o trabalho concreto, ou



seja, a produção de valores de uso previamente definidos. No processo de produção, o homem não só atua sobre a natureza que o rodeia, como atua no sentido de desenvolver os seus hábitos e experiência de trabalho.

A capacidade produtiva do trabalho depende duma série de fatores, entre os quais se encontram o grau médio de agilidade do trabalhador, o nível das aplicações práticas do progresso da ciência e da tecnologia, a organização social do processo de produção, a divisão técnica do trabalho, o volume e a eficácia dos meios de produção, a formação profissional, as condições naturais e muitos outros fatores. Estes fatores não atuam de igual modo nas distintas estruturas económico-sociais e a sua ação é determinada pelas relações sociais existentes.

A produção de força de trabalho consiste na sua própria reprodução ou conservação. Historicamente, o homem enriquece a sua experiência graças ao conhecimento que vai absorvendo, mesmo que seja empírico. Aprende a compreender determinados comportamentos das forças naturais e vai aperfeiçoando a técnica produtiva. Os hábitos adquiridos no trabalho são também fatores que melhoram o nível dos seus conhecimentos e afetam a produtividade. Os indivíduos empregam a experiência acumulada pelos seus antepassados e são influenciados pelas condições do ambiente social da sua época.

O caráter do trabalho e a forma como o trabalho se vincula com os meios de produção dependem do modo de produção dominante. No modo de produção próprio ou autónomo, o pequeno agricultor, pastor ou artesão utiliza a sua força de trabalho na produção destinada ao seu consumo, ao pagamento de tributos ou à incorporação nos produtos que pretende trocar. No modo de produção capitalista, a necessidade mais imediata do “trabalhador livre”, indispensável à sua sobrevivência, é a venda da sua força de trabalho, procurando valorizá-la e reproduzi-la.

A força de trabalho só se pode considerar mercadoria quando é negociável. Neste caso, as capacidades de trabalho são adquiridas e vendidas tal como as mercadorias que possuem um valor de uso ou um valor, ficando o homem reduzido a uma coisa. As condições necessárias para que a força de trabalho se converta em mercadoria são:

1. A possibilidade do indivíduo dispor livremente da sua força de trabalho;
2. A carência de meios de produção no que respeita ao trabalhador;
3. A necessidade do trabalhador vender a sua capacidade de trabalho para obter os meios de subsistência.



O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de vida indispensáveis para manter a normal capacidade de trabalho do seu possuidor, o sustento da sua família e os gastos da sua aprendizagem. Tal como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção ou reprodução, ou seja, para a conservação dos seus detentores. Quando estes valores se alteram com o avanço das forças produtivas e o desenvolvimento da sociedade, o valor da força de trabalho muda também de magnitude. À medida que a produção progride regista-se uma tendência geral para que se eleve o nível das necessidades do trabalhador e ocorra o aumento do valor da força de trabalho. As diferenças no desenvolvimento económico dos países, originadas pelas suas particularidades nacionais e históricas, assim como pelas condições ambientais, dão origem a que o valor da força de trabalho apresente diferenças substanciais entre eles.

Quando a força de trabalho se assume como mercadoria, o aparecimento do dinheiro facilita e desenvolve o sistema de trabalho assalariado. No ato de compra e venda da força de trabalho, esta está sujeita como qualquer outra mercadoria a um valor de troca e, portanto, à lei da oferta e da procura. O comprador tem assim interesse em que exista uma ampla oferta para situar o respetivo preço abaixo do seu valor real. A redução do preço dos produtos necessários à reprodução da força de trabalho traduz-se numa redução do seu valor.

A mercadoria “força de trabalho” precisa de se mostrar disponível em quantidades adequadas nos lugares onde for necessária e, para isso, a mobilidade da população trabalhadora surge como condição essencial. É com o aparecimento no mercado da força de trabalho que se instaura verdadeiramente a produção capitalista e a sua forma específica de excedente, a mais-valia. A possibilidade da sua acumulação e a necessidade do seu investimento produtivo inscrevem-se na própria lógica do sistema capitalista (fig. 5).



Figura 5 - “Força de trabalho” em Timor-Leste (atual e futura)



2.4. Fases de produção

Os agentes económicos utilizam os recursos que são dados pela natureza, transformam esses recursos promovendo o que chamam de criação de riqueza e distribuem essa riqueza pela sociedade.

Os economistas dedicam atenção à criação da riqueza e à sua distribuição. Como cientistas especializados em alocar de modo mais eficiente os recursos, os economistas procuram formas de aprimorar cada vez mais a produção de riqueza pelos agentes económicos. Sob a lente da produção, a cartilha instrui para a focalização do lucro. Por mais amoral que possa soar aos ouvidos desprevenidos, o lucro é o motor gerador do crescimento económico de uma sociedade. O lucro, grosso modo, é o retorno esperado pelo agente após investimento no processo produtivo, descontado o custo com a manutenção da atividade lucrativa.

O ser humano, revestido do seu carácter hedonista, transforma um material com baixo valor agregado em algo útil e de alto valor. Essa transformação gera renda para o transformador e riqueza para a sociedade. Não é excessivo lembrar-se dos ensinamentos do grande pai da economia, Adam Smith.

Ora, pois, se esta renda é tida como o motor que promove o crescimento económico, qualquer situação em que esse motor esteja exposto a ataques será considerada como nociva a todo o sistema económico.



Figura 6 - O lucro / mercado local timorense na montanha

Em contabilidade, lucro é simples aritmética, a declaração da faturação descontados os custos da produção e os demais encargos financeiros. Dessa maneira, evidentemente,



para que haja aumento do lucro deve haver aumento da receita e redução dos custos. Geralmente, essas ações ocorrem de maneira simultânea.

No alcance desse objetivo surgem os termos muito comuns para os empresários: produtividade, eficiência, qualidade, tecnologia, inovação, etc. As estratégias passam pela diluição dos custos e pela conquista de maiores parcelas do mercado. O que importa é que qualquer coisa que interfira na capacidade de crescimento de maneira direta deverá ser sumariamente banida do sistema.

Mas o que ocorre com a administração dos recursos que dão origem a toda a riqueza da sociedade? Existem correntes de pensamento que afirmam que os recursos são dados. Essa simplificação implica a aceitação de que o material que serve de base para a transformação de riqueza não pode ser alterado pela ação económica.

Os recursos são limitados, concordarão alguns, mas não há nada que os movimentos do sistema possam fazer para alterá-los sem que acarretem perdas no próprio processo de transformação de riqueza. Mais uma vez, os crentes desse paradigma refutam toda e qualquer ideia de desvio de recursos da produção para projetos relacionados com a esfera ambiental e social.

E essa ideia é demasiadamente disseminada pela academia, tanto que os profissionais formados são tomados de surpresa quando fazem parte da equipa executiva de uma empresa e lhes é exigido que incorporem ideias como sustentabilidade e promoção social. Não é por outro motivo que administradores, contabilistas e outros profissionais deixam para trás talentosos economistas em posições estratégicas de grandes empresas. Pelo simples fato de serem incapazes de compreender como uma empresa privada pode manter seus níveis de lucro, enquanto deve dar atenção às questões ambientais e sociais da região em que se localiza.

2.5. Fase da distribuição e consumo

Quando polia a pedra a fim de transformá-la num utensílio mais eficaz, o homem pré-histórico estava executando uma atividade de produção. Nesse primeiro estágio, as ferramentas e os utensílios eram utilizados exclusivamente por quem os produzia, ou seja, não existia o comércio (fig. 7).





Figura 7- Fases de distribuição e consumo

Distribuição em economia refere-se à maneira como a produção ou a renda total é distribuída entre indivíduos ou entre os fatores de produção (trabalho, terra, e capital) (Samuelson and Nordhaus, 2001). Na teoria económica geral e no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, cada unidade de produção corresponde a uma unidade de renda. O interesse é frequentemente na fração de renda que vai para o x por cento das famílias no topo ou na base da pirâmide, o próximo y por cento, e assim por diante, e nos fatores porventura que as possam afetar (globalização, política fiscal, tecnologia, etc.). O consumo está no setor da Ciência Económica que se ocupa da aquisição de bens que podem ser bens de consumo e bens de capital e serviços. Por definição, é a utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa. Constitui-se na fase final do processo produtivo, precedido pelas etapas da fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização.

2.6. Agentes económicos

Consideram-se agentes económicos os sujeitos (ou grupos de sujeitos) de um qualquer país que intervêm no seu circuito económico. Têm funções económicas diferentes (em termos de produção, consumo, investimento), estabelecendo entre si diversas relações de índole económica. São habitualmente referidos cinco grupos de agentes económicos:

- as famílias, que obtêm rendimentos de uma atividade produtiva, aplicando-os em consumo de bens e serviços e em poupança;



- as empresas de atividades não-financeiras, que produzem bens e prestam serviços;
- as instituições financeiras, cujas principais atividades são a captação de poupanças e a concessão de empréstimos para aplicações produtivas;
- o Estado, com as suas funções de administração pública, de coleta de impostos e de gestão da segurança e das prestações sociais;
- finalmente, os países estrangeiros (exterior), com os quais os agentes económicos nacionais estabelecem, num quadro de economia aberta, relações económicas.

Tabela 1 - Agentes económicos e principais funções

Agentes económicos	Principais funções
Famílias	Consumir
Empresas não financeiras	Produzir bens e serviços não financeiros
Instituições financeiras	Prestar serviços financeiros
Administração pública	Garantir a satisfação das necessidades coletivas e redistribuir o rendimento
Resto do mundo	Trocar bens, serviços capitais

A Contabilidade Nacional mede as relações que estes cinco conjuntos de entidades estabelecem entre si.

3. Circuitos económicos

O circuito económico é o conjunto de relações que se estabelecem entre os vários agentes de uma economia. Esse conjunto de relações é usualmente apresentado de forma esquemática, como é o caso do exemplo seguinte, que se interpreta da seguinte forma:

As famílias de um país colocam à disposição das empresas um fator produtivo fundamental: o trabalho. Estas, naturalmente, remuneram-no, através dos salários que



pagam mensalmente. Por outro lado, as empresas vendem bens e prestam serviços às famílias, recebendo em troca o produto dessas vendas (as despesas das famílias em consumo). Essas mesmas famílias colocam as suas poupanças nas instituições financeiras (bancos, seguradoras), que lhes “rendem” juros. Já as empresas adotam também o inverso: pedem dinheiro emprestado a essas instituições para financiar investimentos, pagando por isso juros. As famílias recebem ainda do Estado certas transferências, pagando impostos sobre os seus rendimentos (salários, juros dos depósitos bancários, etc.) e as contribuições para a segurança social que mensalmente lhes são “descontadas” nos vencimentos. As instituições financeiras emprestam dinheiro também ao Estado e a entidades externas (aqui representadas por “Exterior”), recebendo por isso juros. Em relação ao Estado, pagam, como qualquer outra entidade, os seus impostos (fig. 8).

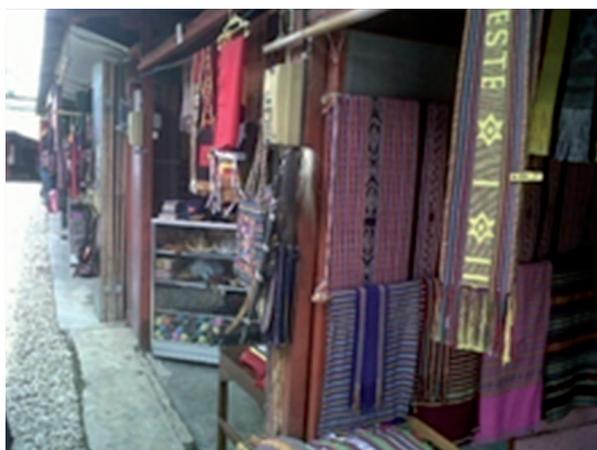


Figura 8 - Mercado de t'ies em Dili

O Estado recebe impostos das empresas, concedendo-lhes subsídios. Adquire-lhes também certos bens, pelos quais paga a respetiva contrapartida monetária. Finalmente, qualquer país que mantenha relações comerciais com outros países (sendo, portanto, uma economia aberta) exporta para eles e importa-lhes mercadorias.

3.1. Empresas, famílias, estado

As famílias têm um papel duplo na economia de mercado: são simultaneamente as unidades elementares do consumo e as proprietárias dos recursos produtivos. A palavra “família” é necessária para compreendê-lo num sentido amplo, não somente família



nuclear como é vista pelas religiões judaica e cristã tradicionais. Cada vez são mais frequentes nas nossas sociedades as famílias formadas por um único par ou um único indivíduo.

Nos países em desenvolvimento e nas zonas rurais dos países a desenvolver, o autoconsumo é muito frequente, isso quer dizer, que as famílias produzem o que vão consumir, alimentos ou mesmo a roupa; porque os produtos que se destinam ao autoconsumo não são contabilizados nas estatísticas. Também no autoconsumo devem ser considerados os serviços da preparação da limpeza e de alimento prestado no repouso pelos membros da família. Em geral considera-se, talvez embora não tenha que ser assim, que nos países ocidentais a produção destinada ao autoconsumo é muito pequena em comparação com o total do país, inapreciável para efeitos estatísticos e despiste aos efeitos científicos. Em resumo: as famílias não produzem, só consomem (fig. 9).



Figura 9 - Família por Botero (1996)

As companhias (grandes empresas multinacionais) são os agentes económicos destinados exclusivamente à produção dos bens e dos serviços. A fim de realizarem a sua atividade necessitam dos fatores produtivos que as famílias lhes dão. Em troca pagam os salários como contrapartida do trabalho. Às instituições financeiras pagam dividendos, juros, etc., como contrapartidas do capital dos alugueres ou simplesmente rendas pela



cedência da terra. Os bens e os serviços produzidos pelas companhias são fornecidos às famílias que por esses bens ou serviços pagam um certo preço.

O Estado é o agente económico cuja intervenção na atividade económica é mais complexa. Por um lado o Estado vai aos mercados dos fatores e dos bens e serviços. Como as famílias, é o proprietário de fatores produtivos que oferecem também às companhias que procuram uma grande quantidade de bens e de serviços. Por outro lado é o maior produtor de bens e de serviços. Numa mão, ao contrário dos outros agentes económicos, tem a capacidade coerciva de coletar impostos, das companhias e das famílias. Também destina parte da sua renda para fazer transferências sem contrapartidas para determinadas companhias que considera do interesse social ou a algumas famílias por meio dos subsídios do desemprego, das pensões de aposentação e de outras.

3.2. Economias de mercado

O sistema económico é caracterizado pela existência de iniciativa privada, isto é, na qual entidades de carácter privado são detentoras da propriedade dos meios de produção. É evidente que tal não impede a sua coexistência com empresas de carácter estatal (veja-se, por exemplo, o caso português). No entanto, é a propriedade privada que predomina. Refira-se ainda que este não é o único ponto de contacto possível entre os sistemas de direção central e de economia de mercado. Mais concretamente, é possível (e frequente) que uma economia de mercado possua um dos traços caracterizadores da direção central, o plano económico. Existe, contudo, uma diferença significativa: no primeiro caso, o plano é obrigatório para todas as entidades da economia, enquanto no segundo é meramente indicativo (apenas é obrigatório para as empresas que sejam propriedade do Estado). Logo, a liberdade económica (de instalação de unidades empresariais, de determinação dos produtos a produzir, de fixação de preços, etc.) é total. O Estado não intervém na vida económica nos moldes em que o faz numa economia de direção central. Numa economia de mercado, o objetivo que move a iniciativa empresarial é o lucro. A atitude concorrencial das empresas surge como uma consequência deste desejo constante. Uma última característica fundamental do sistema: os preços dos bens são formados unicamente pelo mercado, isto é, pelo confronto entre a oferta e a procura (sem prejuízo



de poderem existir, em situações excepcionais, fixações administrativas de preços ou estabelecimento de limites máximos) (fig. 10).



Figura 10 - Mercado de Timor

3.3. Produto, Rendimento e Despesa Nacional

Segue-se um excerto do discurso do primeiro-ministro de Timor-Leste:

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO KAY RALA XANANA GUSMÃO POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DO OGE PARA 2011

*...“Se no período de 2000 a 2010 descobrimos o verdadeiro conceito de Independência e os seus desafios intrínsecos, esta nova década, de 2011 a 2020, marca um novo início para Timor-Leste, onde vamos trabalhar para a consolidação da estabilidade política e social e para o crescimento e desenvolvimento real a longo prazo. Podemos mesmo dizer, **vamos trabalhar para dar origem ao “novo milagre económico da região”!** Todos os indicadores económico-sociais recentes têm vindo a instigar esta “onda de mudança” para o nosso Povo e para a nossa Nação. Em vez de um Estado falhado, como muitos profetizaram para Timor-Leste, viemos, antes pelo contrário, a fazer parte da lista das 10 economias com mais rápido crescimento no mundo!”...*



É com este espírito que Timor-Leste vai ser uma nação próspera no mundo.



4. Mercados

Existe economia de livre mercado, economia de mercado ou sistema de livre iniciativa quando os agentes económicos agem de forma livre, com pouca ou nenhuma intervenção dos governos. É, portanto, um mercado idealizado, onde todas as ações económicas e individuais respeitam a transferência de dinheiro, bens e serviços voluntariamente.

Contudo, o cumprimento de contratos voluntários é obrigatório. A propriedade privada é protegida pela lei e ninguém pode ser forçado a trabalhar para terceiros.

O mercado livre é defendido pelos proponentes do liberalismo económico ou, mais recentemente, pelo neoliberalismo (fig. 11).



Figura 11 - Mercado livre (informação)

Diferentemente do que ocorre na Economia planificada ou Economia de Estado, onde a produção económica é dirigida pelo Estado, na Economia de mercado a maior parte da



produção económica é gerada pela iniciativa privada. Indústria, comércio e prestação de serviços são controlados por cidadãos particulares, ou seja, são empresas do setor privado que detêm a maior parcela dos meios de produção.

O Estado tem o papel de regulamentação e fiscalização da economia, além de atender aos setores prioritários como: energia, segurança, educação e saúde, entre outros.

Pode-se, então, afirmar que nos países denominados capitalistas domina uma economia de mercado e no seu oposto temos os países socialistas onde predomina uma economia primariamente estatal.

Entre estes dois domínios opostos encontram-se ainda os denominados sistemas económicos mistos, cuja finalidade se centra na harmonização em diversos âmbitos do domínio do setor privado (livre iniciativa) e do setor público (empresas estatais).

4.1. A distribuição e o mercado

Deixamos aqui o que entendemos dever ser o caminho a seguir em Timor-Leste nesta matéria:

Canais de Distribuição

Dizem respeito à seleção da melhor forma de fazer chegar o produto ao consumidor, contudo, independentemente do canal escolhido, a empresa deve esforçar-se por ter uma visão global de toda a cadeia de intermediários, desde o produtor até ao consumidor final.

Raramente os produtores vendem diretamente ao consumidor final, são normalmente os intermediários que têm essa função. Por isso, em geral, na estratégia de entrada das PME no mercado via exportação não se prevê um esforço para os controlar.

A escolha do canal em cada mercado deve considerar dois aspetos: a transferência da propriedade das mercadorias do exportador para o importador e o movimento físico das mercadorias até ao destinatário final através de meios de transporte e locais de armazenagem.



Agentes “versus” Distribuidores

As alternativas para o exportador variam, desde a entrega a uma entidade externa com responsabilidade pela distribuição até ao estabelecimento de um sistema de distribuição próprio com agentes de venda e armazéns no exterior, dependendo a escolha, da dimensão das exportações, da importância relativa destas no conjunto das vendas globais, do grau de internacionalização da empresa, da natureza dos produtos exportados e das características dos mercados alvo (fig. 12).



Figura 12 - Distribuição

Os agentes são meros representantes da empresa no mercado e não tomam contacto com o produto, exceto através de amostras ou literatura de suporte que utilizam para apresentações ao potencial comprador.

Os distribuidores ficam com a propriedade do produto, assumem os riscos de crédito e encarregam-se de fazer chegar o produto aos potenciais consumidores. Promovem, vendem, abrem créditos, efetuam recebimentos, criam existências (*stocks*) em armazém, prospetam o mercado, podem prestar serviços de apoio e dão garantias aos compradores diretos. Efetivamente fornecem mais serviços que os agentes e a constituição de uma rede de distribuidores num mercado externo é mais económica do que a nomeação de agentes.

Assim, não obstante a tentação de organizar uma rede de agentes, por a percentagem de comissão cobrada ser menor, a empresa deve atender a que o distribuidor fornece mais serviços e com ele, a empresa recebe mais cedo.



Em ambos os casos, os intermediários possuem um contrato com a empresa, por um período de tempo determinado, o qual, deve ser escrito e ter uma redação detalhada, definindo territórios, formas de remuneração, eventuais ações de formação e outros detalhes.

Na utilização do termo “agente” deve atender-se ao facto de muitos países terem “Leis de Agenciamento” que poderão implicar uma relação de trabalho (tipo contrato de trabalho) entre a empresa e o agente. Por isso, frequentemente, se usa em alternativa o termo “representante” ou “nomeado” para a mesma realidade.

De referir ainda que regra geral, o intermediário gosta de elevadas margens unitárias de lucro e comprar a crédito, o que aumenta o custo e o risco do fabricante.

Vantagens e Inconvenientes da Utilização de Intermediários

Entre as principais vantagens na utilização de intermediários nas exportações contam-se as seguintes:

- Fornece, nos estágios iniciais, o apoio de especialistas a empresas que querem penetrar em novos mercados.
- Evita o envolvimento direto de financiamento em mercados inexplorados ou de menor potencial.
- Abre os mercados de exportação com custos mínimos.
- Fornece oportunidade de testar a aceitação dos produtos nos mercados escolhidos, a baixos custos.
- Permite o pagamento imediato dos produtos, sem ter que esperar pelo comprador final.
- Atrai um sistema mais forte de distribuição através do fornecimento de uma linha variada de produtos complementares e não concorrenciais.
- É útil como complemento do departamento de exportação da própria empresa.
- Serve para introduzir novas linhas de produtos através de novos canais ou em mercados diferentes dos cobertos pelo departamento de exportações.
- Fornece, em alguns casos, armazenamento nos mercados e serviços de venda.
- Proporciona contactos relevantes, nos casos em que as compras estatais são importantes.



Em contrapartida, os principais aspetos negativos resultantes da utilização de intermediários, em vez do desenvolvimento de uma força de vendas própria são:

- Corta significativamente as margens de lucro.
- Dificulta o contacto direto com o consumidor e limita a informação *a posteriori* do mercado, pela introdução de um elo extra na cadeia de distribuição.
- Reduz a flexibilidade e controlo sobre o preço, promoção, serviço e distribuição do produto.
- Limita o apoio ao produto se o intermediário lidar com produtos concorrentes ou representar muitos produtos.
- Dificulta a identificação da marca nos mercados de exportação.
- Dificulta o domínio direto das operações de exportação pelo fabricante.
- Conduz ao desinteresse do intermediário em fazer crescer as vendas, a partir de certos níveis de faturação, quando sente que o fabricante está prestes a tomar conta direta da exportação nesse mercado.

Controlo / Avaliação da “Performance” dos Intermediários

Ao trabalhar com intermediários, o controlo e a comunicação são fundamentais, devendo a empresa marcar metas de crescimento de vendas no mercado e ter planos para atingir esses objetivos, os quais passam pela organização de programas de formação que aumentem o conhecimento do intermediário em termos de gestão do produto, pelo desenvolvimento de campanhas de promoção adequadas aos mercados (incluindo catálogos na língua do país de destino, amostras para a clientela, publicidade nos meios de comunicação locais, etc.), pela melhoria dos serviços pós-venda para assegurar a satisfação dos clientes, pelo fornecimento dos serviços necessários e dos manuais técnicos do produto e pela colaboração em estudos de mercado para identificação de tendências e oportunidades de venda.

Na avaliação de resultados do intermediário a empresa deve:

- Comparar os seus rácios de venda com os dos seus concorrentes.
- Comparar as vendas atuais com os resultados anteriores (em unidade e valor).
- Comparar os resultados com as metas dos estudos de mercado existentes.
- Verificar os rácios de rotação dos *stocks*.
- Controlar a eficácia da promoção feita.



Seleção do Canal de Vendas

A pedra de toque deste tipo de distribuição está em selecionar adequadamente o canal de vendas para o produto e dessa seleção dependerá o êxito de toda a estratégia de *marketing*. A melhor técnica para o fazer consiste em identificar os clientes de um distribuidor e contactá-los diretamente para recolher a sua impressão sobre os mais ativos no mercado. Também a AICEP Portugal Global pode ajudar neste trabalho de seleção. A empresa pode ainda recorrer aos serviços de consultores comerciais, câmaras de comércio, etc.

Neste âmbito, a empresa deve obter informações credíveis sobre a reputação do intermediário junto de bancos e clientes e sobre a sua experiência com produtos idênticos, avaliando também a qualidade dos seus vendedores e a sua capacidade financeira e ainda, as vantagens logísticas que oferece (dimensão, localização, existência de armazém, capacidade de fornecer serviços pós-venda, etc.), o nível de conhecimento sobre as técnicas de promoção do mercado, o número e tipo de canais de escoamento cobertos.

Aspetos a salvaguardar

O contrato de distribuição deve ser redigido por um advogado com experiência de direito internacional e que conheça bem as leis do mercado de exportação, devendo conter, no mínimo, os seguintes componentes: identificação das partes contratantes, período de validade, área de atuação, produtos cobertos, compromissos legais, direitos e deveres do produtor e do distribuidor bem detalhados.

O financiamento em crédito pode ser utilizado para melhorar os resultados do distribuidor, por isso, a empresa deve:

- Oferecer condições de crédito concorrenciais (prazos, formas de pagamento).
- Dar boas condições de acesso a novos distribuidores ou aos que trabalham em mercados muito concorrenciais.
- Oferecer preços especiais para grandes encomendas ou vendas em expansão.
- Apoiar os distribuidores para ultrapassarem dificuldades de câmbios e obtenção de financiamentos locais.
- Partilhar custos de promoção e publicidade com os bons distribuidores.



Para desenvolver a lealdade do distribuidor a empresa deve:

- Fazer reuniões periódicas com os distribuidores.
- Enviar brindes e amostras grátis aos distribuidores que ostentem o nome da empresa.
- Premiar os bons resultados com prêmios monetários, viagens, etc.
- Incluir o nome dos distribuidores bem sucedidos nos anúncios.
- Efetuar formação contínua de distribuidores.
- Celebrar com os distribuidores bem sucedidos um contrato de exclusividade.

Transporte e Armazenamento

A movimentação física das mercadorias e o seu armazenamento em locais convenientes é outro aspeto a considerar pelo canal de distribuição. Este fluxo inclui aspetos ligados ao transporte, armazenagem e constituição de reservas em armazém.

A grande diferença entre a distribuição no mercado nacional e no mercado internacional consiste em:

- As mercadorias poderão ficar fora do controlo do exportador por períodos de tempo mais longos.
- São normalmente exigidas mais documentação e formalidades a cumprir.
- Os custos de embalagem e de rotulagem podem ser superiores.
- Os seguros e custos de transporte são mais onerosos/altos.

As alternativas de transporte incluem o transporte terrestre, ferroviário, em navios e contentores, o transporte aéreo e a via postal.

Sendo as palavras de ordem nas relações comerciais a eficiência e a qualidade dos serviços prestados, os problemas de logística relacionados com o transporte e o armazenamento podem originar incumprimentos de prazos de entrega estabelecidos, alterações do produto e chegar mesmo à perda do cliente.

Embalagem

A embalagem visa proteger a mercadoria durante o transporte para o que deve ser inalterável, de fácil manuseamento e com rotulagem normalizada e adequada às exigências do mercado de destino pelo que tem em conta o meio de transporte a utilizar (terrestre - rodoviário ou ferroviário / marítimo / aéreo) (fig. 13).



A importância da componente embalagem advém do facto de, frequentemente, este processo ser encarado de uma forma integrada, englobando a embalagem propriamente dita, o rótulo, a marca e a qualidade.



Figura 13 - Exemplo de embalagem para transporte

Na maioria dos casos, as partes devem saber de antemão que tipo de embalagem será necessária para o transporte seguro da mercadoria até ao destino. De facto, proteger fisicamente a mercadoria é uma preocupação fundamental, envolvendo o controlo de aspetos como a adequação do acondicionamento e embalagem, a correta manipulação da mercadoria, a colocação da carga e o armazenamento. Contudo, visto que a obrigação do vendedor de embalar a mercadoria pode variar de acordo com o tipo e a duração do transporte que se tenha em vista, sentiu-se a necessidade de estabelecer, via *Incoterms* que o vendedor é obrigado a embalar a mercadoria da forma exigida pelo seu transporte, mas só na medida em que as circunstâncias relacionadas com o mesmo sejam levadas ao seu conhecimento, antes da celebração do contrato de venda.

Por outro lado, o vendedor deve ter em vista a proteção da mercadoria durante o transporte, movimentação, armazenagem, comercialização e consumo (fig. 14).

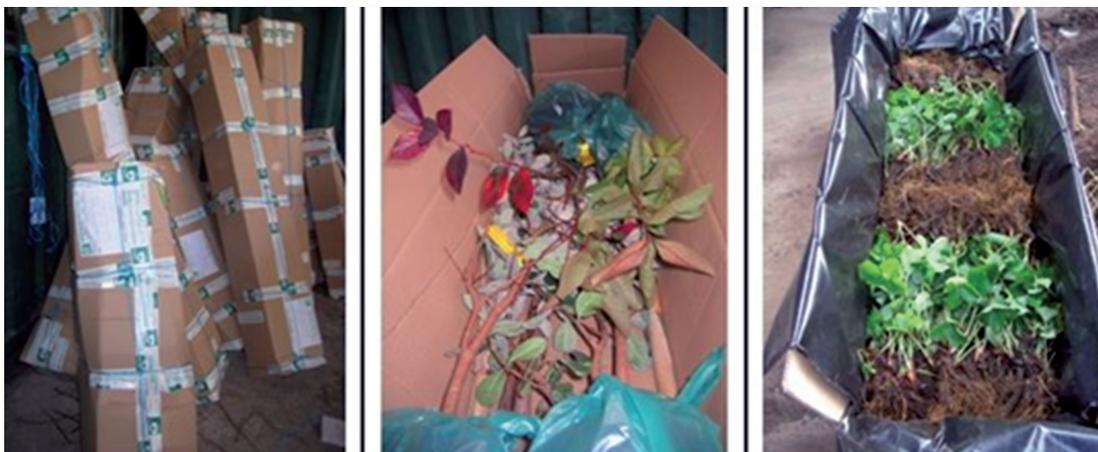


Figura 14 - Embalagem para produtos verdes



As embalagens a usar nos mercados externos são variáveis, daí a importância do controle da qualidade das embalagens utilizadas, seja para efeitos de transporte ou de apresentação ao consumidor final. O tipo de proteção necessária não é igual para todos os mercados, desde logo dependendo do clima, infraestruturas, etc. Depende também do tipo de transporte e carregamento a que o produto estará sujeito, sobretudo no caso dos perecíveis. Além disso, um canal de distribuição longo e lento exige uma embalagem de maior durabilidade.

Para além dos aspetos ligados à resistência e acondicionamento, são ainda importantes as exigências do mercado alvo e a conformidade com a legislação do país importador, bem como os atributos promocionais da embalagem que ajudam a vender o produto e devem ser atrativas, ajustando-se ao gosto do consumidor, tal como a dimensão da embalagem. Com o desenvolvimento dos movimentos ambientalistas, tornou-se quase imprescindível ter embalagens elaboradas com materiais recicláveis (fig. 15).



Figura 15 - Embalagens recicláveis

Inspeção da Mercadoria

Em muitos casos, o comprador fará bem em providenciar a inspeção da mercadoria antes ou no momento em que a entregue para transporte (a chamada inspeção de pré-embarque).

A menos que o contrato disponha de forma diversa, o comprador deverá suportar o custo dessa inspeção, realizada no seu próprio interesse. Contudo, se a inspeção tiver sido efetuada para que o vendedor cumpra quaisquer regras imperativas aplicáveis à exportação da mercadoria no seu próprio país, o pagamento dessa inspeção corre por conta do vendedor, salvo se for usado o termo (*Incoterms*) EXW, circunstância em que os encargos da inspeção competem ao comprador.



Rotulagem

Este processo está intimamente ligado ao da embalagem, mas com parâmetros próprios, na medida em que a rotulagem tem a função de transmitir a imagem da empresa, observando as regras de identificação do produto, em conformidade com a legislação do país importador.

O exportador deve pois, informar-se acerca dessa legislação previamente à criação dos rótulos para o seu produto. Assim, por exemplo, a marcação dos volumes, feita pelo exportador identifica as mercadorias e o lote a ser embarcado, procedimento que individualizando os produtos, facilita a sua identificação por parte do importador e das autoridades alfandegárias e fiscais, tanto no embarque, como no desembarque.

Vários símbolos são usados internacionalmente para identificar mercadorias com características especiais: frágil (“*Handle With Care*”); sensível ao calor (“*No Heat*”); sensível à humidade (“*No Wet*”); não pode ser tombada (“*This Side Up*”); não permitir o uso de guincho (“*No Grapple*”) (fig. 16).



Figura 16 - Símbolos internacionais de identificação de mercadorias

Os principais parâmetros a ter em conta neste contexto são a linguagem e as regulamentações governamentais do país de destino das mercadorias. Mesmo que



exista uma *standardização* do rótulo, a língua varia de país para país, exceto nos casos em que o rótulo está escrito em várias línguas.

Os requisitos governamentais estão, em geral, relacionados com a obrigatoriedade de informação sobre a origem dos produtos e / ou da marca, o peso e a dimensão da embalagem, a descrição do conteúdo e ingredientes, o nome do produtor, informações especiais sobre aditivos, prazos de validade e outros dados relevantes para a defesa do consumidor.

Todos estes dados são essencialmente para aplicação ao longo do tempo à medida que as estruturas de mercado forem evoluindo a partir daquelas que hoje existem em Timor-Leste, fazendo com que se vão modificando para melhor rentabilidade dos produtores e satisfação dos consumidores (fig. 17).



Figura 17 - Loja dos agricultores locais, a 'Agrikultura' em Liquiça e um supermercado

4.2. Leis de mercado

Ao examinar as relações no mercado é imprescindível destacar a natureza acessória e subsidiária das determinantes recíprocas do jogo da oferta e da procura com a sua incidência sobre os preços. Quando a quantidade oferecida é insuficiente em relação à procura, aos desejos dos consumidores, os preços têm tendência a subir. Inversamente, se a oferta é mais elevada que a procura, o preço baixará. Este fenómeno dá lugar a que, quando os preços estabelecidos baixam, os produtores retenham as mercadorias não as apresentando no mercado. Se os preços aumentam, os produtores apressam-se a vender a sua produção, daí retirando um lucro adicional. Os preços de mercado, em



determinados momentos e lugares, diferem dos preços administrativos. Estas regras só atuam em curtos lapsos de tempo em que os preços não podem coincidir com o valor de troca das respetivas mercadorias, tendo em atenção os múltiplos fatores que se fazem sentir na realidade viva e imediata. As leis que influenciam a formação dos preços são observadas ainda hoje, no dia a dia das transações mercantis.

As obrigações monetárias fixas, como as decorrentes dos impostos, que têm de ser satisfeitas, exercem uma influência indireta na política de determinação dos preços, pois podem forçar os produtores a vender contra a sua vontade numa situação em que os preços tendem a decair.

No sistema mercantil, os limites relativamente estreitos da técnica produtiva não permitiam uma ampla resposta dos vendedores ou um vantajoso estímulo decorrente da mobilidade dos preços. A quantidade de mercadorias postas à venda decorria também da dependência dos produtores e distribuidores perante fatores incontrolláveis, tais como: as oscilações na produção agrícola ou na oferta de mercadorias importadas, os atrasos ou estragos ocorridos no transporte sobretudo por via marítima.

A dimensão e a composição da procura nos mercados locais eram influenciadas pela organização da produção e da distribuição e pelas relações económicas estabelecidas entre os diversos setores da sociedade. No seu todo, a procura social dependia da tendência da taxa da renda que, quanto mais elevada fosse menor seria a procura efetuada pelas classes sujeitas ao seu pagamento. Noutros setores da sociedade, como os diversos estratos da burguesia e das camadas que estavam na sua dependência, a procura estava relacionada com o progresso tecnológico suscetível de criar novas necessidades e alterar as existentes. Dum modo geral, a procura apresentava poucos altos e baixos, devido ao facto de predominarem no mercado bens que satisfiziam necessidades fundamentais e o consumo dos próprios artigos de luxo se restringir à classe senhorial e à burguesia próspera.

As imposições senhoriais e as adotadas pelos concelhos para que os produtos se transacionassem exclusivamente nos mercados sob o seu domínio constituíam um dos elementos que restringia o livre movimento da possível oferta em face da oscilação dos preços. Estas restrições aos movimentos espontâneos dos mercados propiciavam manobras especulativas de artigos de amplo consumo. As variações da moeda a curto prazo, em geral no sentido da desvalorização, eram suscitadas pelo fator preço. Só



quando as variações atingiam uma grande amplitude, ocorriam desequilíbrios que podiam desencadear movimentos ajustadores. Face a estes elementos, é notório que as leis da oferta e da procura, embora se fizessem sentir, desempenhavam uma função modesta (fig. 18).



Figura 18 - Mercado de tés

4.3. Teoria da procura e da oferta

Em Economia, a **Lei da Oferta e da Procura**, é a lei que estabelece a relação entre a **procura de um produto** e a quantidade que é oferecida, a **oferta**. A partir dela, é possível descrever o comportamento preponderante dos consumidores na aquisição de bens e serviços em determinados períodos, em função de quantidades e preços. Nos períodos em que a oferta de um determinado produto excede muito à procura, o seu preço tende a cair. Já em períodos nos quais a procura passa a superar a oferta, a tendência é o aumento do preço.

A estabilização da relação entre a oferta e a procura leva, em primeira análise, a uma estabilização do preço. Uma possível concorrência, por exemplo, pode desequilibrar essas relações, provocando alterações de preço.

Ao contrário do que pode parecer a princípio, o comportamento da sociedade não é influenciado apenas pelos preços. O preço de um produto pode ser um estímulo positivo ou negativo para que os consumidores adquiram os serviços que necessitam, mas não é o único.



Existem outros elementos a serem considerados nesta equação, entre eles:

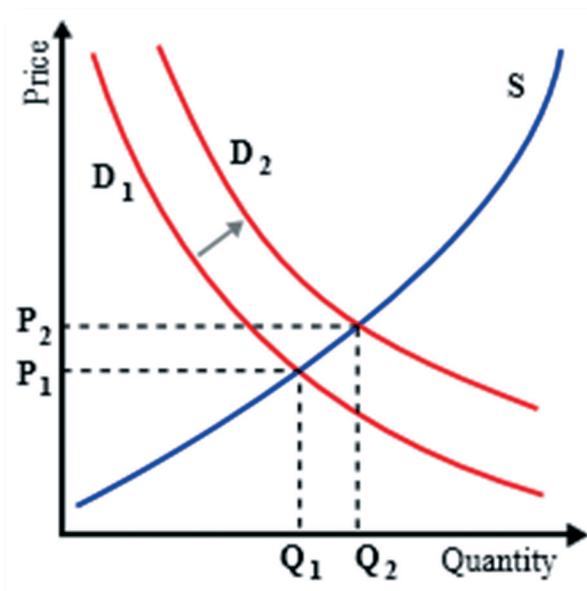
- Os desejos e necessidades das pessoas;
- O poder de compra;
- A disponibilidade dos serviços - concorrência;
- Existência de produtos complementares ou substitutos;
- A capacidade das empresas de produzirem determinadas mercadorias com o nível tecnológico desejado.

Da mesma forma que a oferta exerce uma influência sobre a procura dos consumidores, a frequência com que as pessoas procuram determinados produtos também pode aumentar e diminuir os preços dos bens e serviços.

Funcionamento

Para o mercado de um bem, a procura mostra a quantidade que os possíveis compradores estariam dispostos a comprar para cada preço unitário do bem. A procura é frequentemente representada usando uma tabela ou um gráfico relacionando o preço com a quantidade procurada (ver figura 19). A teoria da procura descreve os consumidores individuais como entes “racionais” que escolhem a quantidade “melhor possível” de cada bem, em função dos rendimentos, preços, preferências, etc. Uma expressão para isso é ‘**maximização da utilidade restringida**’ (sendo a renda a “**restrição**” da procura). Para esse contexto, “**utilidade**” refere-se às (hipotéticas) preferências relativas dos consumidores individuais. A utilidade e a renda são então usadas para modelar os efeitos de mudanças de preço nas quantidades procuradas.





*Figura 19 - O modelo de **oferta e procura** descreve como os preços variam de acordo com o equilíbrio entre a disponibilidade e a procura. O gráfico mostra um aumento na procura de D_1 para D_2 e o conseqüente aumento no preço e na quantidade necessário para se atingir um novo ponto de equilíbrio na curva de oferta (S)*

A lei da procura diz que, regra geral, o preço e a quantidade procurada num determinado mercado estão inversamente relacionados. Por outras palavras, quanto mais alto for o preço de um produto, menos pessoas estarão dispostas ou poderão comprá-lo (tudo o resto inalterado). Quando o preço de um bem sobe, o poder de compra geral diminui (efeito renda) e os consumidores mudam para bens mais baratos (efeito substituição). Outros fatores também podem afetar a procura. Por exemplo, um aumento na renda desloca a curva da procura em direção oposta à origem, como é exemplificado na figura. Oferta é a relação entre o preço de um bem e a quantidade que os fornecedores colocam à venda para cada preço desse bem. A oferta é normalmente representada através de um gráfico relacionando o preço com a quantidade oferecida. Assume-se que os produtores maximizam o lucro, o que significa que tentam produzir a quantidade que lhes irá dar o maior lucro possível. A oferta é tipicamente representada como uma relação diretamente proporcional entre preço e quantidade (tudo o resto inalterado). Por outras palavras, quanto maior for o preço pelo qual uma mercadoria pode ser vendida, mais produtores estarão dispostos a fornecê-la. O preço alto incentiva a produção. Em oposição, para um preço abaixo do equilíbrio, há uma falta de bens do lado da oferta



em comparação com a quantidade procurada pelo mercado. Isso faz com que o preço caia. O modelo de oferta e procura prevê que, para curvas de oferta e procura dadas, o preço e quantidade irão se estabilizar no preço em que a quantidade oferecida é igual à quantidade procurada. Esse ponto é a intersecção das duas curvas no gráfico acima, é o chamado **equilíbrio de mercado**.

Para uma determinada quantidade de um bem, o ponto do preço na curva da procura permite determinar o valor, ou utilidade marginal para os consumidores para essa unidade de produto. Ele indica a quantia que um consumidor estaria disposto a pagar por aquela unidade específica do bem: o seu custo marginal. O preço no ponto de equilíbrio é determinado pela conjugação da oferta e procura. Por isso podemos dizer que, em mercados perfeitamente competitivos, a oferta e a procura conseguem um equilíbrio entre o custo e o valor.

Do lado da oferta, alguns fatores de produção são relativamente fixos a curto prazo, o que pode afetar os custos em caso de alteração do nível de produção. Por exemplo, equipamentos ou maquinaria pesada, espaço de fábrica adequado, e pessoal qualificado. Um fator de produção variável pode ser alterado facilmente, para se adequar ao nível de produção escolhido. Exemplos incluem: o consumo de energia elétrica, a maioria das matérias-primas, horas extraordinárias e trabalhadores temporários. A longo prazo, todos os fatores de produção podem ser ajustados pela **gestão**. Mas estas diferenças podem resultar numa diferente **elasticidade** (rapidez de resposta) da curva da oferta a curto prazo, que podem implicar diferenças face aos resultados de longo prazo previstos pelo modelo.

A oferta e procura são usadas para explicar o comportamento dos mercados de **concorrência perfeita**, mas a sua utilidade como modelo de referência é extensível a qualquer outro tipo de mercado. A oferta e procura também podem ser generalizadas para explicar a economia como um todo. Por exemplo, a quantidade total produzida e o nível geral de preços (relacionado com a inflação) estudados pela macroeconomia.

A oferta e procura também podem ser usadas para modelar a distribuição de renda pelos fatores de produção, como o capital e trabalho, através de mercados de fatores. Num mercado de trabalho competitivo, por exemplo, a quantidade de trabalho empregada e o preço do trabalho (o salário) são modelados pela procura por trabalho (pelas firmas) e pela oferta de trabalho (pelos potenciais trabalhadores). A economia do trabalho



estuda as interações entre trabalhadores e empregadores através desses mercados, para explicar os níveis de salários e outros rendimentos do trabalho, o desenvolvimento de competências e capital humano, e o (des)emprego.

Na análise de oferta e procura, o preço de um bem equilibra as quantidades produzidas e consumidas. Preço e quantidade são habitualmente descritos como sendo as características mais diretamente observáveis de um bem produzido no mercado. Oferta, procura e equilíbrio de mercado são construções teóricas que relacionam preço e quantidade. Mas traçar os efeitos dos fatores que, de acordo com a teoria alteram a oferta e a procura - e através delas, o preço e a quantidade - é o exercício habitual da microeconomia e macroeconomia aplicadas. A teoria económica pode especificar sob que circunstâncias os preços podem funcionar como um mecanismo de comunicação eficiente para regular a quantidade. Uma aplicação no mundo real pode ser tentar medir o quanto as variáveis que alteram a oferta e a procura afetam o preço e a quantidade.

A teoria elementar da oferta e procura prediz que o equilíbrio será alcançado, mas não a velocidade de ajuste que pode ser provocado por alterações na oferta e/ou procura. Em muitas áreas, alguma forma de «inércia» do preço é postulada para explicar porque quantidades - e não preços - sofrem ajustes a curto prazo, devido a alterações tanto no lado da oferta quanto no da procura. Isso inclui análises a opadrão de ciclos económicos na macroeconomia. A análise frequentemente gira em torno de identificar as causas para essa inércia e suas implicações para que se alcance o equilíbrio a longo prazo previsto pela teoria. Exemplos em mercados específicos incluem níveis de salário nos mercados de trabalho e preços estabelecidos em mercados que se desviam da competição perfeita.

A **teoria económica do marginalismo** aplica os conceitos de marginalidade na economia. O conceito de **marginalidade** dá relevância ao significado da variação da quantidade de um bem ou serviço, por oposição ao significado da quantidade como um todo. Mais especificamente, o conceito central ao marginalismo propriamente dito é a **utilidade marginal**, mas uma corrente seguidora de Alfred Marshall baseou-se mais fortemente no conceito de produtividade marginal física para a explicação do custo. A corrente neoclássica que emergiu do marginalismo britânico trocou o conceito de utilidade pelo de taxa marginal de substituição no papel central da análise.



O marginalismo, tal como a teoria económica clássica, descreve os consumidores como agentes que almejam alcançar a posição mais desejada, sujeita a restrições como renda e riqueza. Descreve os produtores como agentes que buscam a maximização do lucro, sujeitos às suas próprias restrições (inclusive à procura pelos bens produzidos, tecnologia e o preço dos insumos). Assim, para um consumidor, no ponto onde a utilidade marginal de um bem alcança zero, não há mais incremento no consumo desse bem. De forma análoga, um produtor compara a receita marginal contra o custo marginal de um bem, com a diferença sendo o lucro marginal. No ponto onde o lucro marginal alcança zero, cessa o aumento na produção do bem. Para o movimento em direção ao equilíbrio e para mudanças no equilíbrio, o comportamento também muda “na margem” - geralmente mais ou menos de algo, ao invés de tudo ou nada.

Condições e considerações relacionadas aplicam-se de forma mais geral a qualquer tipo de sistema económico, baseados no mercado ou não, onde existe escassez. A escassez é definida pela quantidade de bens produzíveis ou comerciáveis, tanto necessários quanto desejados, maior do que capacidade de produção. As condições são em forma de restrições à produção de fatores finitos disponíveis. Tais restrições dos recursos descrevem um conjunto de possibilidades de produção. Para consumidores ou outros agentes, as possibilidades de produção e a escassez implicam que, mesmo que os recursos sejam plenamente utilizados, existam *trade-offs*, quer seja de rabanetes por cenouras, tempo livre por salário, ou consumo presente por consumo futuro. A noção marginalista de custo de oportunidade é um instrumento para medir o tamanho do *trade-off* entre alternativas competidoras. Tais custos, refletidos nos preços, são usados para prever as reações à política pública, mudanças ou perturbações numa economia de mercado. Também são usadas para avaliar a eficiência económica. De forma parecida, numa economia de planeamento central, as relações de preço-sombra devem ser satisfeitas para um uso eficiente dos recursos. Nesse caso também, o marginalismo pode ser usado como ferramenta, tanto para modelar unidades ou setores de produção quanto em relação aos objetivos do planeador central.



4.4. Elasticidade da procura

A Elasticidade da procura é uma medida que indica a sensibilidade da procura face a alterações no **preço de um bem**, mantendo todas as outras coisas constantes.

A **lei da oferta e da procura** conclui a existência de uma relação inversa entre a quantidade procurada e o preço, ou seja, quanto menor o preço, maior deve ser a procura do bem.

Determinantes

As principais **determinantes da elasticidade do preço da procura** são:

Disponibilidade de bens substitutos - A existência de bens que satisfaçam as mesmas necessidades permite aos consumidores, perante aumentos de preços, substituir o consumo do bem pelo seu substituto.

Essencialidade: O volume de consumo de bens essenciais é pouco influenciado pelo preço. Por exemplo, o sal de cozinha é um bem cuja procura é pouco sensível ao preço.

Percentagem do rendimento gasto no bem: Quanto maior for o peso do bem no orçamento familiar, maior será o incentivo ao consumidor para procurar substitutos e, portanto, maior sensibilidade terá perante variações de preços.

Restrição do mercado: Mercados muito restritos, de um modo geral, apresentam maior concorrência com bens similares. Logo, essas mercadorias são mais sensíveis ao preço. Bens de mercados mais amplos, por outro lado, têm menos substitutos, e são insensíveis ao preço.

Horizonte de tempo: Um intervalo de tempo maior permite que os consumidores de determinada mercadoria encontrem mais formas de substituí-la, quando o seu preço aumenta.



Interpretação dos valores (fig. 20)

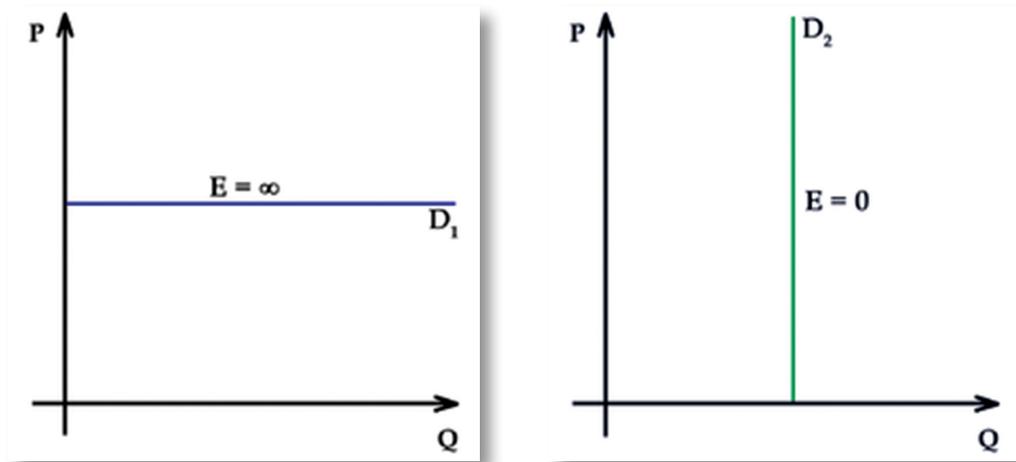


Figura 20 - Curva de procura D_1 é perfeitamente elástica. Curva de procura D_2 é perfeitamente rígida (ou inelástica).

Conforme a fórmula da elasticidade, a elasticidade preço da procura pode ser escrita como:

$$\epsilon_{Q,P} = \frac{\partial Q}{\partial P} \cdot \frac{P}{Q}, \text{ onde:}$$

- Q é a quantidade procurada;
- P é o preço do bem.

Na fórmula da elasticidade acima, $\partial Q/\partial P$ provavelmente é negativo pois é esperado que um aumento de P gere redução de Q e vice-versa. Com isso, a elasticidade da procura é negativa. Porém, alguns livros e artigos tratam-na como se fosse positiva, pois essas publicações partem do princípio de que a elasticidade preço da procura está no módulo: $|\epsilon_{Q,P}|$

$ \epsilon_{Q,P} $	Interpretação
∞	Perfeitamente elástica
de 1 a ∞	Elástica
1	Elasticidade unitária
de 0 a 1	Inelástica
0	Perfeitamente Inelástica



Exemplos

Elástica: Geleia de amora, que não é essencial e pode ser substituída por geleia de framboesa.

Inelástica: Sal é um bem essencial sem substituto.

Elasticidade preço cruzada da procura

É a variação percentual da quantidade procurada de um determinado bem A, dada uma variação percentual do preço de outro bem B.

$$\epsilon_{Q_A, P_B} = \frac{\partial Q_A}{\partial P_B} \cdot \frac{P_B}{Q_A}$$

Nesse caso, a interpretação do resultado é um pouco diferente:

ϵ_{Q_A, P_B}	Interpretação
Positivo	Substitutos: O aumento de preço de um bem faz aumentar a quantidade procurada de outro.
0	Independentes: A alteração do preço de um bem não interfere na quantidade procurada de outro.
Negativo	Complementares: O aumento de preço de um bem faz diminuir a quantidade procurada de outro.

4.5. Elasticidade da oferta

Elasticidade é um conceito importante dentro da microeconomia, referindo-se ao tamanho do impacto que a alteração numa variável exerce sobre outra variável. Recebe o nome de elasticidade da oferta a alteração percentual na quantidade oferecida, que ocorre em resposta a uma variação de 1% no preço de certo bem ou serviço. Ela medirá o grau de sensibilidade da quantidade oferecida perante variações no preço.

A elasticidade da oferta é útil para verificar o quão sensível o fornecimento de um bem é perante uma mudança de preço: quanto maior a elasticidade, os produtores e vendedores mais sensíveis estão às mudanças de preço. Um cenário de elasticidade



elevado sugere que quando o preço de um determinado bem sobe, os vendedores irão fornecer uma quantidade bem menor do bem que produzem; quando o preço do mesmo bem cai, os vendedores passarão a ofertar quantidades bastantes superiores do mesmo bem. Se a elasticidade for muito baixa, a situação será exatamente oposta, ou seja, que as mudanças nos preços exercem pouca influência sobre a oferta.

Dependendo do comportamento das variáveis presentes no cálculo da elasticidade da oferta, esta pode apresentar-se de várias maneiras, a saber:

- **Oferta unitária** - a elasticidade da oferta unitária (igual a 1) quando a uma variação de 1% no preço, corresponde a uma variação de 1% na quantidade oferecida.
- **Oferta rígida** - ocorre oferta rígida quando a uma variação de 1% no preço corresponde uma variação inferior a 1% na quantidade oferecida.
- **Oferta elástica** - verifica-se uma situação de oferta elástica quando a uma variação de 1% no preço correspondente a uma variação superior a 1% na quantidade oferecida.

Constituem casos extremos da elasticidade da oferta, a oferta infinitamente elástica, cujo gráfico é uma simples linha horizontal, partindo de algum ponto da grandeza preço. O extremo a esta situação é chamado de oferta perfeitamente rígida, onde a quantidade oferecida não responde a variações de preço. O gráfico constituirá uma linha perpendicular partindo de um ponto qualquer da grandeza quantidade.

Para melhor compreensão do significado das variações na elasticidade da oferta, bem como suas outras formas, é sempre importante notar que:

- Se $E.O. > 1$, então a oferta é elástica (uma oferta é sensível a variações de preços);
- Se $E.O. = 1$ então a oferta é elástica unitária;
- Se $E.O. < 1$, então a oferta é inelástica, ou rígida (uma oferta não-sensível a variações de preços).

É sempre importante ignorar o sinal negativo quando se analisa a elasticidade de preços, sendo as E.Os. sempre positivas.



4.6. Preço de equilíbrio

Em economia, principalmente em contabilidade de custos, **o ponto de equilíbrio financeiro** é o momento quando despesas e lucros se igualam. Verifica-se o equilíbrio financeiro de uma organização, quando os seus custos e despesas são iguais à sua receita. Isto é, o ponto de equilíbrio financeiro, que pode ser verificado financeiramente e / ou em quantidade de vendas ou prestação de serviços, é o ponto inicial do seu *superavit*. É exatamente ao alcançar o ponto de equilíbrio que a organização começa a gerar resultados positivos na sua operação final. O ponto de equilíbrio pode ser verificado a partir da projeção / orçamento das premissas financeiras, isto é, receita bruta, preço médio de venda, custo variável unitário e custos fixos.

O ponto de equilíbrio é uma das informações mais importantes de qualquer empresa, e o seu valor deve ser cuidadosamente calculado no máximo a cada três meses.

Como calcular o ponto de equilíbrio financeiro

$$PEF = \text{custos e despesas fixas totais - não desembolsáveis} / (MC \text{ unitária} / PV \text{ unitário})$$

Onde:

- PEF = Ponto de equilíbrio financeiro
- MC unitária = Margem de contribuição unitária
- PV unitário = Preço de venda unitário

4.7. Fatores de influência

Começando pela definição de PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) nada mais é do que o conjunto de todos os bens e serviços finais produzidos num país durante certo período de tempo. Ou seja, desde o simples pão até um luxuoso apartamento construído neste ano, tudo isso entra no cálculo do Produto Interno Bruto do país.

Um ponto muito importante é o facto de que o PIB só inclui os bens e serviços finais, para não calcular o mesmo item duas vezes. Ou seja, voltando ao exemplo anterior, o pão vendido na padaria entra no cálculo do PIB, mas a farinha de trigo comprada para o fabrico do mesmo, não.



Outro aspeto importante: a venda de um carro do ano 2005, por exemplo, não será incluída no PIB de 2006, já que o valor do bem já foi incluído no cálculo do Produto Interno Bruto daquele ano. Daí, tira-se uma importante conclusão: só devem entrar no cálculo do PIB os bens e serviços finais produzidos no país no ano corrente.

Que fatores influenciam a expansão do PIB?

Consumo privado

O primeiro fator que influencia diretamente a variação do PIB diz respeito ao consumo privado, ou seja, aos gastos das famílias para a aquisição de bens ou serviços. Portanto, quanto mais as pessoas consomem, mais o PIB tende a crescer.

E o mesmo raciocínio vale para o caso contrário: uma queda no consumo pode limitar o crescimento, ou até mesmo levar o PIB a uma queda, dependendo do comportamento dos outros fatores.

O consumo, por sua vez, está diretamente ligado a duas variáveis: a renda das pessoas e a taxa de juros. Considerando que quanto mais uma pessoa tem, mais ela pode gastar, conclui-se que uma elevação na renda tende a levar a um aumento do consumo e, conseqüentemente, do PIB nacional. É importante lembrar que se trata da renda real, ou seja, aquela em que é descontada a inflação.

Outro fator que interfere no comportamento do consumo é a taxa de juros. Aqui, o juro deve ser visto como um prémio pago às pessoas para que elas abram mão de consumir no presente. Ou seja, quanto maior o juro, mais pessoas estarão dispostas a deixar de consumir para guardar seu dinheiro e utilizá-lo no futuro. Por isso, o juro alto prejudica a economia, pois, entre outras coisas, ele inibe o consumo presente.

Investimentos privados

Além do consumo das famílias, outro fator que tem forte influência sobre a variação do PIB são os investimentos privados, ou seja, aqueles feitos por empresas. Aqui, cabe esclarecer que a definição usada para investimentos é a de expansão do capital.

O nível de investimentos numa dada economia depende, basicamente, da taxa de juros e do quanto a atividade económica está aquecida. A taxa de juros deve ser entendida, neste caso, como o custo de obtenção do capital, ou seja, o custo de financiamento. Portanto, quanto maior o juro, menor será o nível de investimento, já que, para o empresário, juros altos significam maiores custos para aplicação do capital.



Outro ponto que afeta bastante o nível de investimento são as projeções para a expansão da atividade económica. Uma empresa tende a investir mais, se forem positivas as projeções para a economia do país. Imagine, por exemplo, que o mercado espera uma queda no consumo ou um aumento do juro. Será que um empresário aplicaria seu dinheiro neste contexto?

Gastos públicos

Suponha, por exemplo, que o Governo dê início à construção de uma estrada: para que esta estrada saia do papel, é necessário contratar operários, adquirir material de construção etc., que são atividades que movimentam recursos.

Como estas atividades tendem a aumentar a renda da economia como um todo (pense nos empregos gerados, nas compras feitas pelo Governo...), maiores gastos tendem a aumentar positivamente o crescimento da economia. Isso não quer dizer, porém, que os governos devam sair por aí gastando dinheiro com irresponsabilidade a fim de elevar o PIB, uma vez que gastos sistematicamente elevados podem comprometer a saúde fiscal de uma economia.

Balança comercial

Outro aspeto muito importante para o crescimento do PIB de um país diz respeito às suas transações comerciais com o exterior, ou seja, a famosa balança comercial. Para quem nunca ouviu falar ou, ainda que tenha ouvido, não esteja familiarizado com o termo, é necessário dizer que balança comercial é a diferença entre exportações e importações. Quando as exportações superam as importações, o saldo da balança comercial fica positivo e, assim, fala-se que ela tem *superavit*. Por outro lado, quando um país exporta menos do que importa, o saldo comercial é negativo e a balança comercial torna-se deficitária. Não é difícil concluir que, quanto maiores as exportações, mais dinheiro entra no país, e, portanto, maior o PIB.

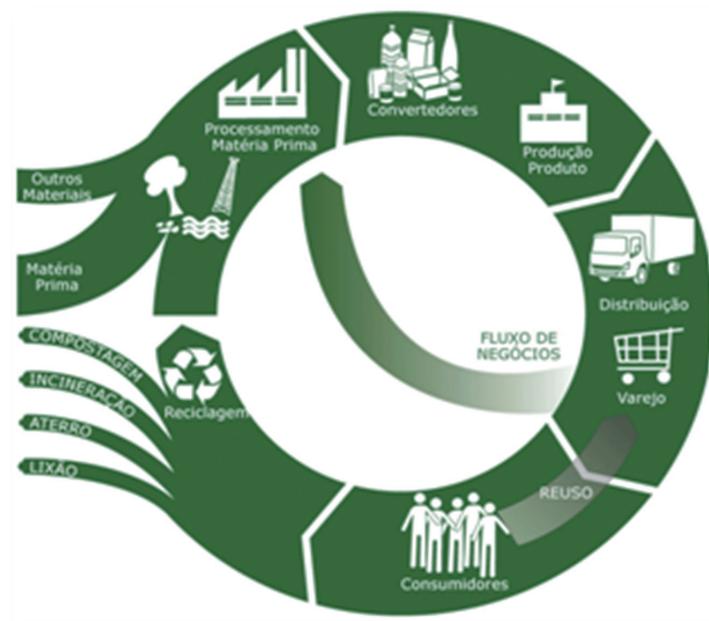
Contudo, quanto maiores forem as importações, mais dinheiro sai do país, e, portanto, menor o PIB. Percebe-se, assim, que saldos positivos da balança comercial favorecem o crescimento económico num dado período de tempo.

Desta forma, pode dizer-se que a expansão de uma dada economia é produto de, basicamente, quatro variáveis: consumo, investimento, gastos públicos e balança comercial.



Exercícios

- 1 - Indique os principais fenómenos económicos que conhece.
- 2 - Defina a diferença entre macro e micro economia
- 3 - Indique os três problemas com que se debate a organização económica.
- 4 - Descreva os agentes económicos que conhece.
- 5 - Indique as três regiões agrícolas (económicas) de Timor-Leste.
- 6 - Que características conhece relativamente às necessidades e bens.
 - 6.1 - Indique a natureza dessas necessidades.
- 7 - Analise o gráfico e indique do que se trata.



- 8 - Indique o motor gerador do crescimento económico de uma sociedade.



9 - Construa um quadro com os agentes económicos e as suas principais funções.

Agentes económicos	Principais funções

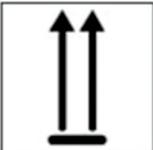
10 - Dê um exemplo de circuito económico internacional.

11 - Na economia de mercado existe uma característica fundamental.

11.1 - Identifique-a.

12 - Descreva as vantagens e inconvenientes da utilização de intermediários.

13 - Faça a legenda da figura.

	_____
	_____
	_____
	_____
	_____



14 - Defina a principal lei do mercado.

15 - O que entende por elasticidade.

16 - Indique três maneiras de apresentar elasticidade da oferta.

17 - Defina PIB.



Bibliografia

AA.VV., *A Teoria da Produção e dos Custos*. Lisboa: Organização e Edição da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia, 1997.

AVILLETZ, F., *A Agricultura Portuguesa Face à Agenda 2000*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 1997.

AVILLETZ, F., *Reforma da PAC: Evolução e Principais Implicações para a Agricultura e o Mundo Rural Português*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 1997.

AVILLETZ, F., *Análise de Projectos Agrícolas no Contexto da Política Agrícola Comum*. Lisboa: Edição do Banco Pinto e Sotto Mayor, 1991.

AVILLETZ, F., et al., *Análise de Projectos Agrícolas no Contexto da PAC*. Lisboa: Edição do Banco de Portugal, 1987.

BALLESTERO, E., *Economía da la Empresa Agraria y Alimentaría*. Madrid: Ed. Mundi-Prensa, 1991.

BARROS, H.; ESTÁCIO, F., *Economia da Empresa Agrícola*. Nova Lisboa: Edição da Universidade de Luanda, 1972.

BARROS, H., *Os grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975.

CAIADO, P., *Contabilidade de Gestão*. Lisboa: Vislis Edições, 1997.

CAIADO, P.; PINTO, A., *Manual do Plano Oficial de Contabilidade*. Lisboa: Áreas Edições, 2002.

CALDAS, E. C., *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais, 1998.

CRISTOBAL, G. B., GONZALEZ, J. J., *Agricultura y Sociedad: en el cambio de siglo*. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

CUNHA, A., *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*. Lisboa: Plátano Editora, 2000.

LOURENÇO, J. S., *Zonas Rurais Interiores Portuguesas. Necessidade de Medidas de Política*. Lisboa:



Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 1998-1999.

LOURENÇO, J. S., *Cooperativismo Rural Desafios e Caminho do Século XXI*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 1999.

MANSINHO, M.; BARREIRA, M. M., *Compra e Consumo de Maçã: Práticas, Motivações, Critérios de Escolha*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 2001.

MANSINHO, M. I.; HENRIQUES P. D, *Subsidiar os Sistemas de Agricultura Pouco Intensivos: O Olival Tradicional e o Olival Biológico em Portugal*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 2000.

SEVINATE PINTO, A., *A Previsível Evolução da PAC e os Interesses Nacionais, in Actas do V Congresso Nacional de Agricultura - "O Agricultor na Sociedade do III Milénio"* Lisboa: 2001.

SAMOUCO, R., *Dicionário de Agronomia*, Lisboa: Plátano Editora, 1998.

SOUSA, A., *Análise Económica*. Lisboa: Edição da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

Sítios na Internet:

www.gppaa.min-agricultura.pt - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura.

www.iapmei.pt - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento.

www.icep.pt- Instituto das Empresas para os Mercados Externos.

www.ifadap.min-agricultura.pt - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas.

www.vidaeconomica.pt - Portal do Grupo Editorial Vida Económica.

Rossetti, J. (2007) *Introdução á Economia A Evolução da Economia Como Ciência* Editora Atlas, décima edição Pg: 78 a 103

Sites consultados:

Fonte:<http://pt.shvoong.com/social-sciences/502117-evolu%C3%A7%C3%A3o-da-economia-como-ci%C3%A7%C3%A2ncia/#ixzz1vGTA5BuX>

<http://pt.scribd.com/doc/50650290/7/A-Economia-como-ciencia-Objecto-de-estudo>



<http://pt.scribd.com/doc/56670955/Resumo-10%C2%BA-ano-Economia-A>

Timor-Leste: marca criada pelo IMVF marca presença na 1ª Feira do Negócio Rural e

Turismo de Liquiçá <http://www.imvf.org/conteudos.aspx?id=433&cid=973>







A Empresa Agrícola no Contexto da Agricultura Timorense

Módulo 2

Apresentação

Com este módulo pretende-se que o aluno reconheça a agricultura e a empresa agrícola no âmbito local, regional e nacional, bem como os aspetos que caracterizam a sua importância objetiva, identificando a natureza, a dimensão e a constituição da empresa.

Objetivos da aprendizagem

- Identificar os indicadores fundamentais de caracterização agrícola;
- Analisar a agricultura timorense, comparando as dimensões, a distribuição e a forma de exploração;
- Identificar a composição da superfície agrícola na exploração agrícola;
- Identificar os fatores de produção e a sua importância na gestão da empresa agrícola;
- Enumerar vários tipos de empresas agrícolas e comerciais identificando as suas principais características;
- Identificar procedimentos a seguir na constituição de uma empresa;
- Listar as entidades a contactar para a criação da empresa;

Âmbito dos conteúdos

1. Caracterização da Agricultura Timorense
 - 1.1. Estrutura produtiva
 - 1.2. Formas e tipos de exploração
 - 1.3. População ativa agrícola
 - 1.4. Utilização da terra
 - 1.5. Orientação produtiva e níveis de produtividade
2. Composição da superfície da exploração agrícola
 - 2.1. SAU, ST, SFL, etc.
3. A empresa agrícola
 - 3.1. Exploração agrícola
 - 3.2. Propriedade rústica



- 3.3. Prédio rústico, bloco, parcela
- 3.4. Sistema de produção
- 3.5. Tipos de empresas agrícolas
 - 3.5.1. Patronal, familiar, cooperativa, agricultura de grupo
 - 3.5.2. Sociedades
- 4. Formas de exploração da terra
 - 4.1. Conta própria, arrendamento, parceria, outras formas
- 5. Fatores de produção
- 6. As Empresas
 - 6.1. A sua natureza
 - 6.2. Características e dimensão
- 7. A constituição da empresa
 - 7.1. Processos necessários para a constituição das empresas
 - 7.2. Entidades existentes



2. A Empresa Agrícola no Contexto da Agricultura Timorense

1. Caracterização da Agricultura Timorense

O relevo de Timor-Leste é bastante acentuado. Ao contrário das restantes ilhas da Insulíndia suas vizinhas, Timor nasceu do choque das placas australiana e euro-asiática e não tem origem vulcânica, mas sim tectónica (enrugamento da crosta). Aparentemente a ilha de Timor continua a sua elevação das profundezas do mar (fig. 21).



Figura 21 - As montanhas...

As consequências deste fenómeno na agricultura são evidentes, pois os fenómenos erosivos são omnipresentes, e a ação do Homem dificilmente não os agrava. Os solos são, de modo geral, derivados de xisto e outras rochas sedimentares e têm forte vocação florestal. Uma notável exceção é constituída pelas ricas planícies aluviais da costa sul (fig. 22).



Figura 22 - O litoral...



Outra consequência prática deste relevo acidentado é a dificuldade da manutenção de um sistema viário eficiente. O clima tropical característico de Timor, com as suas fortes chuvadas, torna tudo ainda mais difícil. As estradas existentes são, assim, vítimas fáceis das avalanches, deslizamentos de terreno e cursos de água torrenciais. Trata-se de um entrave importante ao desenvolvimento agrícola e nacional, contribuindo fortemente para o isolamento das comunidades rurais. Na figura, podemos observar uma das raras retas existentes nas estradas timorenses. As melhores estradas são estas das planícies do litoral norte, principalmente as que ligam as duas maiores cidades, Díli e Baucau (fig. 23).



Figura 23 - Reta junto ao mar

As culturas do café, na zona montanhosa ocidental de Ermera, e do coqueiro e do arroz, na costa sul, serão certamente beneficiadas uma vez melhorados os acessos à capital, na costa norte (fig. 24).



Figura 24 - Dare



Nesta imagem pode observar-se a ilha de Ataúro na linha do horizonte e a cidade de Díli lá em baixo, na planície do litoral norte. Estamos na estrada que nos conduz a Dare, localidade das magníficas montanhas a norte de Díli. A beleza paisagística é surpreendente. Ao largo, e acompanhando Ataúro, as ilhas indonésias de Alor e Wetar. Como nota de interesse saliente-se o facto dos pequenos agricultores da zona de Dare terem desenvolvido pequenos negócios de floricultura em vaso, aproveitando o seu posicionamento junto à estrada e a proximidade dos cidadãos. Refira-se ainda o refrescante clima de Dare, que restabelece o ânimo a todo o viajante que tenha saído do calor de estufa da capital timorense.

Ao recém-chegado a Timor-Leste, a subida a Dare compreende igualmente o contacto com outra importante componente da agricultura timorense: a madre do cacau, ou albizia das molucas (fig. 25).



Figura 25 - Paraseriantes falcataria

Com a sua espetacular copa estratificada, contribuem para o exotismo da paisagem timorense. São omnipresentes nas zonas montanhosas do café, apesar de estarem a sofrer importantes baixas. Fundamentais para sombrear os rústicos cafezeiros de Timor, torna-se necessário arranjar o que as substitua. Os esforços da Missão Agrícola Portuguesa concentram-se na *Leucaena leucocephala*. A situação é, contudo, preocupante (fig. 26).





Figura 26 - *Leucaena leucocephala*

Estes mastodontes vegetais têm importante papel na conservação dos solos, logo do sistema de produção de café timorenses, assim como das estradas. Apesar da grossura dos seus troncos a *Paraseriantes falcataria* (ex-*Albizia mollucana*) parece ter madeira de esferovite, tal a sua leveza. Originária do Sudeste Asiático também se cultiva na Indonésia para a produção de papel. A sua folhagem possui bom teor azotado e palatabilidade razoável, pelo que pode ser usada como forrageira em agro-florestação. Em Timor entra na dieta dos cavalos. É uma leguminosa e fixa quantidades consideráveis de azoto (fig. 27).



Figura 27 - As madres do cacau (*Paraseriantes falcataria*)



1.1. Estrutura produtiva

A estrutura produtiva são as atividades que contribuem para o PIB. Em Timor-Leste as principais atividades são:

ATIVIDADE	2005	2008
	% do PIB (não petrolífero)	% do PIB (não petrolífero)
Agricultura	31,8	26,8
Indústria	15,2	15,1
Serviços	53,0	58,1

Agricultura

O território de Timor-Leste é dominado por uma cadeia montanhosa de encostas íngremes, com fortes chuvas que provocam graves erosões de solos, derrocadas e inundações devido à remoção da cobertura arbórea, em consequência do corte excessivo de madeira de sândalo, queimadas, eliminação de matagais, etc.

Com 52,3% da superfície do país coberta por florestas e 26,1% por terras agrícolas (com apenas 7% de superfície irrigada), o setor agrícola, em sentido lato, respondia, em 2008, por 26,8% do PIB não-petrolífero e empregava aproximadamente 81% da população ativa (2005). Trata-se, antes de tudo, de uma economia agrícola de subsistência, participando a agricultura tradicional com 69,2% no PIB agrícola de 2008. Apresenta-se igualmente muito desequilibrada a relação entre participação no PIB (26,8%) e no emprego da população ativa do setor agrícola (81%), apontando, portanto, para um nível de produtividade do trabalho extremamente baixo.

A reduzida dimensão das propriedades agrícolas (a média é de 1,2 hectares), infraestruturas rodoviárias de transporte insuficientes e mercados locais subdesenvolvidos, levaram a uma produção insuficiente de alimentos e, conseqüentemente, a uma dependência acentuada das importações.

O café é de longe a principal cultura agrícola comercial, respondendo, com cerca de 86% das exportações do país, em 2008, ou seja, cerca de 11,6 milhões de USD.

Segundo o Banco Mundial, com investimentos adequados na replantação, infraestruturas de transporte e *marketing* seria possível duplicar o rendimento atual de 150-200 kg



de café por hectare, reduzindo, assim, de forma substancial, os custos de produção e aumentando a competitividade deste produto no mercado mundial.

Apenas um terço das 10.000 toneladas de café orgânico de alta qualidade produzidas anualmente são processadas de forma adequada para venda e somente um terço daquela fração é atualmente vendida. É de realçar que Timor-Leste é a pátria do *Timor Hybrid*, uma variedade de café que combina a resistência à doença da ferrugem (*Hemileia vastatrix*) a uma qualidade muito próxima da variedade Arábica (o país é também reconhecido como pátria da madeira de sândalo).

Além disso existe em Timor a Civeta (*Civettictis civetta*), animal que processa o café e o torna no mais valioso do mundo. Esses grãos, que custam centenas de dólares por quilo, são encontrados nos excrementos da civeta, um animal peludo cuja aparência lembra a de um felino e que percorre as regiões cafeeicultoras do Sudeste Asiático em busca dos frutos de café mais maduros e saborosos.

A civeta acaba por excretar o âmago duro e indigerível da fruta - basicamente, grãos de café incipientes-, mas apenas depois de ela ter sido fermentada nos ácidos estomacais e enzimas do animal, resultando em um café descrito como aveludado, achocolatado e livre de qualquer sabor residual amargo (fig. 28).



Figura 28 - Luwak ou civeta (*Civettictis civetta*) e o mítico café “Kopi Luwak”
ou de civeta

Tendo em conta que o arroz (aliás, como o milho) é um produto importante da alimentação da população, tem-se vindo a prestar uma atenção especial à sua produção, dado que a cultura em terraços é também apercebida como um meio de luta eficaz contra a erosão dos solos. Neste sentido, tem-se procedido também à reabilitação de



sistemas de irrigação existentes, e embora a pluviosidade irregular e o regime torrencial dos rios dificultem muito esta tarefa, considera-se como exemplo a seguir.

Em 2008, a produção de arroz cresceu à volta de 21%. Mesmo assim, o Programa Alimentar Mundial de Alimentos apoiava à volta de 30% da população timorense.

A decisão governamental de subsidiar as importações de arroz em 2008 foi criticada pelas instituições financeiras internacionais, por depreciar o valor das culturas de arroz local, o que poderia levar a uma redução substancial da sua respetiva produção local.

Sem dúvida que a transformação de uma agricultura de subsistência numa agricultura de mercado, desenvolvida e virada também para a exportação, é um grande desafio que deverá ser enfrentado, dadas as necessidades alimentares e económicas crescentes da população, para o que serão fundamentais os investimentos adequados e uma posição muito mais pró ativa da iniciativa privada. Outras culturas, produtos e atividades, além do café, como a baunilha, óleo de caju e de palma, polpa de manga, compota de goiaba, concentrado de maracujá, torrefação de frutas de casca rija, entre outras, podem, a médio prazo, com investimentos adequados, transformarem-se em produtos comerciais e de exportação muito importantes para a economia do país.

Dados sobre algumas produções agropecuárias do país:

Setor Agrícola*	2005	2007
Milho	80,0	63,4
Mandioca	48,0	49,7
Arroz (com casca)	60,0	41,4
Batata-doce	26,0	26,0
Feijão seco	4,5	4,5
Amendoins, com casca	4,0	4,0
Cocos	14,0	14,0
Banana	2,0	2,0
Goiabas, mangas e mangostões	3,0	3,0
Café (verde)	14,5	14,0



Produção Agregada*	2005	2007
Cereais	140	105
Raízes e tubérculos	120	111
Vegetais, incluindo melões	18	18
Frutos, excluindo melões	7	7

*Fonte: The Europe World Yearbook 2009 - FAO (estimativa)

Nota: Unidade - 10³ de toneladas métricas

Pecuária	2004	2006
Bovinos	171	171
Búfalos	108	110
Suínos	346	346
Cavalos	48	48
Caprinos	81	80
Ovinos	25	25
Frangos	2.100	2.200

Fonte: The Europa World Yearbook 2009 - FAO (estimativa)

Nota: 10³ cabeças

Produtos Animais	2004	2006
Carne de bovino	1,3	1,1
Carne de suíno	10,1	10,1
Carne de frango	2,0	1,8
Ovos	2,0	1,8
Pesca (captura total, toneladas, peso vivo)	350	350

Fonte: The Europa World Yearbook 2009 - FAO (estimativa)

Nota: Unidade - 10³ de toneladas métricas

Em resumo, de acordo com os dados do *Asian Development Bank* (ADB), no período de 2002-2007, o PIB do setor agrícola cresceu a uma taxa média real de 1,2% ao ano, tendo, contudo, registado uma taxa de crescimento de 0,3% em 2006 e de -5,6%, em 2007, em consequência, de um modo geral, da redução mais ou menos assinalável



de algumas produções agropecuárias, o que contrariou os esforços levados a cabo no sentido de aumentar a autossuficiência alimentar do país e reduzir a sua dependência das importações.

1.2. Formas e tipos de exploração²

Timor-Leste é um país pequeno (15.850 km²) e montanhoso, escassamente povoado, com diversas características geográficas que o tornam menos que ideal para a produção agrícola - terrenos rochosos e de fácil erosão; solos pobres e precipitação variável, frequentemente imprevisível. Mesmo assim, a economia é predominantemente agrícola, com cerca de 75% da população a viver em zonas rurais, onde praticam agricultura de subsistência ou de pequena escala de arroz, milho, legumes, árvores de fruto e gado. As estimativas para 2000 indicavam que a percentagem da agricultura no PIB não petrolífero é de cerca de 26%.

A maior parte da terra de Timor-Leste é dominada pela produção de subsistência de alimentos básicos, tais como mandioca, arroz e batata-doce para consumo doméstico. A área estimada cultivada é de 120.000 hectares para milho, 91.000 ha para mandioca e 39.000 ha para arroz. As outras culturas incluem o café (89.000 ha). A maior parte da terra não é utilizada intensivamente e existe potencial para se aumentarem as culturas, as pastagens e a criação de gado. Dos 600.000 ha estimados de terra arável somente se cultivam 40%. Pode existir ainda potencial para diversificar as culturas para consumo local e, possivelmente, para exportação. Grande parte da costa sul é plana, mas a utilização da terra nesta zona é limitada pela disponibilidade errática de água para irrigação e pelo acesso rodoviário deficiente a mercados. A precipitação é abundante mas sazonal, correndo livremente para o mar. A construção de sistemas para captura de água é difícil, porque as chuvas são torrenciais e os cursos de água são instáveis e itinerantes.

Assim, muitos agricultores vivem nas terras altas e a grande maioria usa sistemas diversificados de cultura para assegurar a segurança alimentar: cultura itinerante (por abate e queimada) de colheitas irrigadas pelas chuvas, principalmente de milho; cultura de arroz (nas zonas mais baixas e planas); hortas de legumes, mandioca, feijão e milho; galinhas, porcos e, por vezes, búfalos; colheita de produtos florestais, tais como

² Dados de 2001 in <http://siteresources.worldbank.org/INTTIMORLESTE/Resources/Chap4+PORTUGESE.pdf>



tamarindo, noz molucana, madeira de sândalo e inhames. Nas terras altas também se encontram plantações de café e os cocos encontram-se nas terras baixas.

Os sistemas de produção agrícola sobrepõem-se, com uma família envolvida em três ou mais atividades agrícolas. As condições climáticas permitem uma cultura de milho e uma ou duas de arroz por ano, bem como uma variedade de legumes, raízes e tubérculos. A precipitação normal de monção cai entre Dezembro e Março, período em que cai mais do que metade da precipitação anual. Mas mesmo durante este período a distribuição pode ser desigual e as secas são comuns. A topografia montanhosa origina uma diversidade de microclimas, que afetam a produção. O arroz geralmente é plantado nas zonas mais baixas e quentes, o milho domina as altitudes médias e as culturas de tubérculos encontram-se a altitudes mais elevadas.

A criação de gado, as pescas e as indústrias florestais não se encontram bem desenvolvidas e contribuem relativamente pouco para o PIB, embora tenham um papel importante na subsistência e na cultura.

O café e (anteriormente) algum gado vivo são os únicos produtos agrícolas que se exportam. A posição chave da agricultura na economia e a sua baixa produtividade criaram um imperativo para a reabilitação rápida da capacidade agrícola, tanto por razões de segurança alimentar como por razões de geração de rendimentos.

A Tabela 2 apresenta uma desagregação da contribuição do setor agrícola para o PIB de Timor-Leste.

Tabela 2 - Contribuição dos subsetores para o PIB Rural, 1993 e 1999

	1993	1999
Subsetor	Quota (%)	Quota (%)
Culturas alimentares	64	61
Culturas não alimentares	20	27
Gado	13	8
Silvicultura	1	2
Pescas	2	2
TOTAL	100	100

Fonte: Autoridade Central Fiscal, ETTA, 2001



1.3. População ativa agrícola

No passado dia 20 de Maio de 2002, Timor-Leste obteve definitivamente a sua independência e passou a fazer parte da ONU. Colonizado durante 450 anos por Portugal, dez dos quais sob invasão japonesa, Timor-Leste passou os últimos 25 anos a resistir heroicamente ao domínio indonésio (figs. 29 e 30). Agora, o novo país tem o destino nas próprias mãos. Boa sorte, Timor!



Figura 29 - Viva Timor-Leste

Tabela 3 - NÚMEROS DE UMA NAÇÃO

Nome oficial	República Democrática de Timor-Leste	Capital:	Díli
Superfície	15.850 km ²	Grupos étnicos	31
Línguas oficiais:	Tétum e Português	Moeda	Dólar Americano
População	830 Mil habitantes	População rural:	76%
População com acesso à eletricidade	26%	PIB	310 Milhões de dólares
População com acesso ao saneamento básico	42%	Funcionários públicos	34.270
Escolas	1080	Taxa de alfabetização	43%
Médicos	33	Hospitais	4
Mortalidade infantil	8,6%	Pobres	41,1%



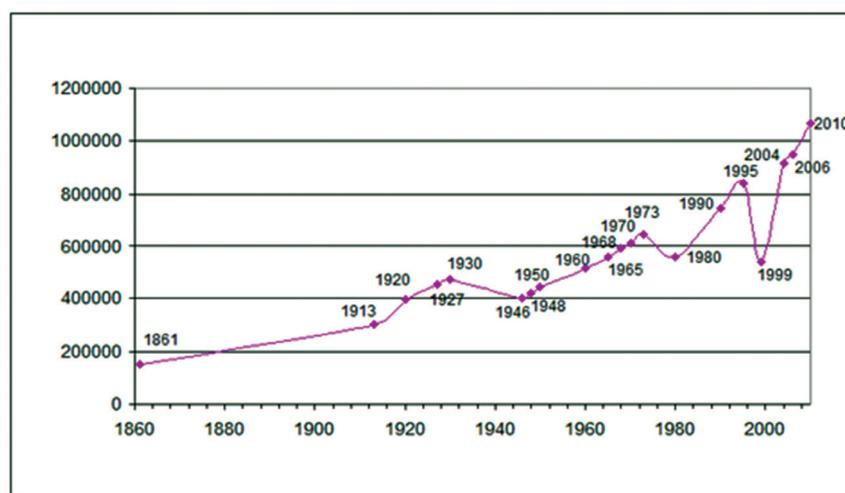


Figura 30 - Evolução da população de Timor-Leste Fischer2010

Tabela 4 - Distribuição da População por Sexo, Urbana e Rural, Censos 2010

Urbana/Rural	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Urbana	164,817	150,399	315,216
Rural	376,367	375,075	751,442
Timor-Leste	541,184	525,474	1,066,658

Dia a dia de uma família rural

A família rural timorense é formada, em média, por sete pessoas. Todos têm tarefas definidas para cumprir:

As crianças vão buscar água ao rio ou ao poço e ajudam os pais a apanhar lenha. Geralmente criam um porco ou uma cabra, com os quais também brincam.

A mãe toma conta das tarefas domésticas (limpeza, roupa e cozinha) tratam da horta e das galinhas. Além disso, debulha o milho, malha os cereais e ajuda o marido a apanhar lenha.

O pai constrói a casa, ajudado pelos rapazes mais velhos. Cultiva o milho, cuida do gado e apanha lenha.



1.4. Utilização da terra

As mulheres e a terra, uma leitura da situação em Timor-Leste³

A terra é um recurso essencial para a maioria da população dos países em desenvolvimento. Para além do seu valor económico a terra tem também um significado e valor histórico, cultural e sagrado. Dado que a maioria da população de Timor-Leste vive nas zonas rurais, a terra é fundamental para a satisfação das suas necessidades básicas e de sobrevivência. A terra não deve ser vista isoladamente, mas sim no seu contexto social, económico e cultural. A ordem social timorense, para além do patriarcado, apresenta outra característica determinante, a cosmologia, na qual o princípio da reciprocidade e o carácter dual assumem especial relevo (Fox, 1980; Traube, 1986; Hicks, 2004). Em termos gerais, e muito simplistas, podemos dizer que a sociedade Timorense se caracteriza tradicionalmente e maioritariamente por um sistema social e familiar linhageiro, patrilinear, patrilocal e exogâmico.

A desigualdade de género está presente no direito costumeiro e nas práticas sociais tendo como consequência que as mulheres tenham menos acesso aos recursos naturais, especialmente terra, e uma participação menor no processo de tomada de decisão.

É importante conhecer os usos e as funções que a terra desempenha para as comunidades Timorenses, caracterizar os mecanismos de aquisição e transferência da terra, entender a desigualdade de género no acesso aos recursos e formular hipóteses sobre as alterações nos sistemas costumeiros em direção a uma maior equidade.

Funções da terra em Timor-Leste

Assumindo que a terra em Timor-Leste é utilizada pelos ecossistemas naturais e seminaturais e que estes últimos foram sendo manipulados pelo homem para uso agrícola, florestal, e outros, podemos utilizar a classificação de De Groot para sistematizar os diferentes usos da terra em Timor-Leste (De Groot, 2006).

Assim, a terra desempenha cinco funções: regulação, habitat, produção, informação e suporte. Estas produzem um conjunto de bens e serviços que são utilizados direta ou indiretamente pela população, como representado no Quadro 1. Cada um destes bens e serviços têm uma valorização económica que poderá ser de uso direto, ecológico, opção, existência e legado e uma natureza económica pública, privada ou comum.

³ Adaptado de *As mulheres e a terra, uma leitura da situação em Timor-Leste* Narciso, V., Henrique, P.



Tabela 5 - Usos e funções da terra em Timor-Leste

Usos	Funções (De Groot)	Subfunções	Valor Económico
Sagrado	Informação	Cultural, espiritual e histórico	Cultural e legado
Ecosistemas naturais e seminaturais, florestas, agricultura e economia de subsistência	Regulação	Regulação climática, controlo de cheias e erosão, formação do solo, regulação da água e nutrientes	Ecológico e legado
		Oferta de água	
		Refúgio e viveiro	Uso direto
	Habitat	Alimentação, matérias-primas, recursos ornamentais e medicinais	Ecológico e legado
	Função de produção	Recreativo, estético e científico	Uso direto
	Informação		Uso direto e legado
Espaço de vivência	Suporte	Habitação	Uso direto
Culturas de rendimento	Suporte	Agricultura comercial	Uso direto
Bens transacionáveis	Suporte	Indústria e serviços	Uso direto

Fonte: adaptado De Groot, 2006



Na função de regulação será de destacar a regulação climática, o controlo de cheias e de erosão, a regulação do ciclo da água e dos nutrientes e a oferta de água. Excetuando esta última, que tem valor económico de uso direto, todas as outras funções produzem bens que têm essencialmente um valor ecológico e / ou de legado e com natureza pública, ou seja, sem exclusão e rivalidade.

A função de habitat desempenha um papel de abrigo e viveiro para as espécies silvestres da fauna e flora de Timor-Leste e, como tal, é importante para manter a biodiversidade no território e a manutenção de populações com dimensão suficiente para suportar a sua posterior captura. Esta função tem um valor económico ecológico e de legado e os bens produzidos uma natureza pública ou comum.

A função de produção é a de maior relevo para a população de Timor-Leste pois nela estão incluídas a alimentação, as matérias-primas, os recursos genéticos, medicinais e ornamentais. A subfunção alimentação inclui a caça, pesca, recolção de espécies silvestres e a agricultura de subsistência que produzem bens para a alimentação ou, em menor escala, venda nos mercados. Na subfunção matérias-primas os bens e serviços fornecidos são os materiais de construção, a lenha para consumo doméstico, as forragens para os animais e os fertilizantes para as culturas. Nas subfunções recursos genéticos e medicinais será de referir o papel desempenhado por muitas espécies silvestres na prevenção e cura de muitas doenças, através da medicina tradicional Timorense. Por último será de referir na subfunção recursos ornamentais, os recursos para o artesanato. A grande maioria dos bens e serviços produzidos pela função de produção têm um valor de uso direto e uma natureza privada.

Na função de informação as subfunções estéticas, recreação, educação, ciência e artística e a cultural, espiritual e religiosa produzem bens que têm um valor de uso direto por parte da população e uma natureza económica pública. Destas subfunções a mais importante para a sociedade tradicional Timorense é a espiritual e religiosa, na qual se incluem as terras sagradas.

A função de suporte, que inclui a terra para as subfunções de habitação, agricultura, produção de energia, exploração mineira, eliminação de resíduos, transporte e instalações turísticas, produz um conjunto de bens e serviços que têm um valor económico de uso direto e uma natureza privada (fig. 31). Esta função é talvez aquela que irá sofrer um maior crescimento nos próximos anos, fruto do processo de desenvolvimento, do crescimento



populacional acelerado e da urbanização do território. Se tal acontecer significa que a terra dedicada às funções de regulação, habitat e de produção irá diminuir, com a agravante de a reconversão dos ecossistemas originais na função de suporte ser na maioria dos casos permanente e irreversível, colocando em questão o equilíbrio entre as diferentes funções e a sustentabilidade dessa reconversão e do próprio processo de desenvolvimento.



Figura 31 - Habitação e horta em Timor-Leste

Estrutura social e económica de uso da terra

A grande maioria do uso da terra é feita para a agricultura tradicional, que serve de base à subsistência da maioria dos agregados familiares rurais. A agricultura é orientada para o consumo da família e as vendas no mercado são uma parcela reduzida da produção.

A área média *per capita* é de 0,4 ha, caindo para 0,22 ha para a população mais pobre e subindo para mais de 1 ha para a população mais abastada. A área média por agregado familiar é cerca de 1,2 ha e a grande maioria dos agregados tem menos de 2 ha (UNDP 2006, 25).

As espécies pecuárias mais importantes são as galinhas, porcos, cabras e búfalos. A maioria dos agregados familiares possuem animais que são ativos valiosos para os agricultores, funcionando como uma espécie de reserva monetária, que ajuda a compensar situações de crise, a educação dos filhos e o cumprimento das obrigações sociais das famílias (casamentos e funerais). Os búfalos são utilizados na preparação do solo nos campos de arroz e os cavalos são meios de transporte valiosos para as populações localizadas em zonas rurais de difícil acesso. A alimentação dos animais é feita utilizando os pastos



nativos, terras de colheita e pousios em que os animais são deixados à solta (MED 2008). As culturas vegetais são produzidas pela grande maioria das famílias. As culturas mais importantes do ponto vista alimentar são milho, arroz, mandioca, feijão, amendoim, frutícolas (banana, papaia, laranja, manga, tangerina, anona), hortícolas (batata doce, inhame, tomate, cebola, abóbora, chuchu) e do ponto de vista de rendimento café, arroz e ocasionalmente hortícolas e frutícolas. As tecnologias de produção agrícola são tradicionais com baixos níveis de utilização de fatores de produção, quer de sementes melhoradas, fertilizantes e fitofármacos para as culturas vegetais, quer de alimentos concentrados e de fármacos para os animais. Consequentemente a produtividade é baixa e os rendimentos gerados também. Por exemplo, a remuneração por hectare da mão de obra utilizada na cultura do milho é de 0,54 USD, na cultura do arroz 1,42 USD e na cultura do café 6,12 USD (Directorate of Agribusiness, 2009).

Pelo exposto, uma parte significativa dos usos da terra por parte da população das zonas rurais tem um valor económico de uso indireto (ecológico) ou de não uso (legado) que é muito difícil de avaliar através do mercado e naquelas situações, a agricultura de subsistência, em que existe uso direto, a maioria dos bens produzidos não são transacionados no mercado.

Posse da terra

A posse de terra é um assunto complexo em Timor-Leste devido a um sistema misto de atribuição de direitos de propriedade e de uso - atribuição através de costumes tradicionais e por meio de títulos de propriedade legais - e da existência de várias classes de possíveis titulares.

A grande complexidade e dificuldade da reivindicação das terras em Timor-Leste advêm principalmente do seu passado colonial. Timor-Leste sofreu vagas sucessivas de desalojamentos / expropriações, da colonização portuguesa, passando pela invasão japonesa e pela ocupação indonésia, sendo de referir no âmbito desta as transmigrações e as translocações. Estas duas últimas levaram ao abandono das terras originais e à ocupação de terras que pertenciam a outro grupo, criando problemas adicionais. Assim, quatro cenários para reivindicação das terras parecem emergir com base em: interesses tradicionais; títulos de propriedade portugueses; títulos de propriedade indonésios; ocupação após o conflito de 1999 e ocupações de longo prazo (Fitzpatrick, 2002).



De acordo com várias fontes (Fitzpatrick, 2002; World Bank, 2003) em Timor-Leste os direitos à terra são governados essencialmente pelos sistemas tradicionais de gestão e posse, com base no direito consuetudinário. Apenas uma pequena percentagem de terras tem reconhecido o seu estatuto sob lei portuguesa ou indonésia.

A terra comunitária é detida e gerida pelas comunidades, de acordo com a lei costumeira, por meio de normas de natureza social e cultural. A maior parte da terra utilizada pelas famílias rurais pertence a esta categoria.

Apesar da colonização portuguesa e da ocupação Indonésia, os sistemas costumeiros, nomeadamente os de posse e gestão da terra, permanecem bem vivos o que demonstra o seu alto grau de resiliência. E falamos no plural porque há grande diversidade entre eles. Algumas das características dos sistemas costumeiros de posse e gestão da terra são:

- Os direitos à terra são detidos pela comunidade e os chefes locais (Liurais) são os curadores da terra em nome do povo;
- Aos Liurais, geralmente acompanhados pelo Conselho de Katuas, é confiada, em maior ou menor grau (não homogéneo), a gestão da terra no seu território, as decisões relativas à atribuição de terras (e seus usos) e a resolução de conflitos;
- Uma vez adquirido, o direito à terra pode ser transferido aos herdeiros de um modo quase permanente, há assim uma espécie de “direito de quase propriedade”;
- A segurança da posse reside nas redes sociais, ou seja, na pertença ao grupo.

Em Timor-Leste os principais cenários de obtenção e de transferência de terra são a família, a comunidade, o mercado e o Estado; através respetivamente dos mecanismos de herança, da distribuição baseada na lei costumeira, das transações de compra, venda, arrendamento e outras e dos programas de distribuição de terras.

Desigualdade no acesso aos recursos e herança da terra

Os dados disponíveis sobre a estrutura fundiária não permitem uma avaliação exata da distribuição de terras por sexo. No entanto, se tivermos em consideração que: o acesso à terra é governado pelos sistemas tradicionais de propriedade, as famílias reivindicam 95 por cento do território que controlam, quatro quintos da terra é herdada e dois terços são detidos ao abrigo do direito consuetudinário (Fitzpatrick, 2002; World Bank, 2003) e



ainda os dados da nossa pesquisa realizada em 2003 (Narciso e Henriques, 2008), pode dizer-se com certeza que a distribuição da propriedade e o acesso à terra por género é extremamente desigual. As desigualdades de género, no que diz respeito ao acesso, posse e gestão da terra, são devidas a tradições fortemente enraizadas na família e nas comunidades rurais, que estão também presentes no Estado e no mercado.

As práticas de herança, incluindo as doações, assumem (a par da alocação pela comunidade) especial importância em Timor-Leste, aliás à semelhança do que acontece em muitos países da Ásia (Agarwal, 1994; World Bank, 2003) e por isso lhe damos especial atenção.

Em Timor-Leste coexistem dois sistemas de parentesco, patrilinear e matrilinear, a que estão associados duas regras de residência, patrilocalidade e matrilocidade, aos quais correspondem dois sistemas de herança da terra. Na grande maioria das áreas rurais domina o sistema patrilinear, onde a terra é passada de acordo com a linha masculina e apenas para os filhos homens. A exceção são as comunidades matrilineares (pertencentes aos grupos *Bunak* e *Tetun-terik*) onde a terra é transferida ao longo da linha feminina.

As questões de herança aplicam-se às terras detidas no sistema formal e também às terras detidas e geridas com base no sistema consuetudinário, já que neste parece haver herança de direitos individuais de quase propriedade (Fitzpatrick, 2002).

Assim, e dado que a herança é o principal mecanismo de aquisição de terra, na maior parte dos casos as mulheres só podem adquirir terra através do casamento ou de um outro parente masculino. Nestes casos adquirem direito de uso mas raramente direito de propriedade.

Apesar da importância dos mecanismos de herança, não devemos reduzir a uma visão simplificada baseada na dicotomia da herança matrilinear *versus* patrilinear as questões da posse e gestão da terra e as desigualdades neste domínio.

Para além da questão da igualdade no acesso e na posse da terra poder ser considerada uma questão de direitos humanos, há a considerar outros argumentos a favor dos 'direitos das mulheres à terra' tais como: o bem-estar das mulheres e da família, a eficiência, a igualdade e o empoderamento (Agarwal, 1994). Nesta perspetiva a *Human Rights Based Approach* pode ser uma alternativa, ou um complemento, à maneira de olhar os direitos das mulheres à terra ao defender: 1) acesso não discriminatório à terra e proteção dos direitos à terra; 2) padrões para a igualdade de género e não discriminação



nas questões da terra aplicadas ao setor público e à esfera privada; 3) igual participação e empoderamento nas questões da terra; e 4) monitorização e *accountability* em termos de processo e da lei (Ik Dahl *et al.*, 2005).

Mudanças nos sistemas costumeiros de posse da terra

A igualdade de género no acesso e posse dos recursos em Timor-Leste, principalmente no que diz respeito à herança da terra, poderá ser conseguida através de alterações indiretas ao sistema tradicional - migração, titularização e igualdade de oportunidades - ou de forma direta através da imposição por parte do Estado ou de mudanças no sistema tradicional.

Como vimos anteriormente a rendibilidade dos sistemas tradicionais de uso da terra é relativamente baixa. A baixa remuneração da mão de obra pode ter como consequência uma migração da população, principalmente dos homens mais jovens com acesso a níveis mínimos de escolaridade, para as zonas urbanas. Para além disto, a migração será grandemente influenciada pelo desenvolvimento socioeconómico que irá ocorrer nos próximos anos e que se irá centrar numa primeira fase nas zonas urbanas, fazendo com que estas sejam polos de atracção para a mão de obra excedentária das zonas rurais. Também a elevada taxa de crescimento da população, maior nas zonas rurais, irá fazer com que a escassez de terra aumente e contribua para a migração para as zonas urbanas. Em resumo, a migração da população rural, vai enfraquecer a sociedade tradicional, irá exercer pressão sobre esta para que ocorram mudanças ao nível dos sistemas de posse da terra.

A pressão crescente para a titularização da terra, através da atribuição de títulos de propriedade individuais, irá permitir que a partir da propriedade legal da terra se possa estabelecer o direito de transferir a posse, o acesso e o controlo da mesma, não através dos sistemas tradicionais, mas através do Leste. Uma das primeiras funções do mercado da terra é atribuir valores monetários à terra e regular as transferências da mesma. Uma crescente mercantilização da terra, ao quebrar as regras tradicionais de herança, por permitir a transferência da terra para titulares de fora do esquema tradicional de sucessão, irá exercer uma pressão sobre os sistemas tradicionais de posse da terra.

Assumindo que um dos objetivos do processo de desenvolvimento da sociedade Timorense é criar condições para a existência de oportunidades económicas, sociais e



culturais iguais para homens e mulheres, então a ocorrência desta condição irá levar a uma maior capacitação e empoderamento das mulheres. Ao mesmo tempo, tendo a estrutura da sociedade tradicional Timorense uma definição clara e rígida dos papéis dos homens e das mulheres, historicamente desfavorável às mulheres, é de esperar que, à medida que a escolarização, urbanização e globalização cultural cheguem à grande maioria das comunidades se altere a atual percepção cultural relativamente às relações de género. Esta percepção cultural irá possivelmente redefinir os papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres, assim como as condições de acesso aos recursos.

A imposição pelo Estado da igualdade de género ao sistema tradicional de herança da terra, sendo teoricamente possível, iria provavelmente originar conflitos entre o Estado nacional e a sociedade tradicional Timorense. Estes conflitos são de todo indesejáveis nesta fase do processo de consolidação da nação Timorense. Outra alternativa seria a alteração das leis consuetudinárias, de modo a incorporar o princípio da igualdade. Este último seria o caminho desejável, mas a probabilidade de a sociedade tradicional aceitar ela própria alterar as suas leis e regras é pouco provável, dado que essas mudanças iriam pôr em causa uma parte significativa da estrutura organizativa da sociedade tradicional, principalmente três dos seus elementos estruturantes, patriarcado, patrilineariedade e patrilocalidade.

Notas Finais

Uma das grandes questões será saber o que vai acontecer à sociedade tradicional Timorense com o processo de desenvolvimento em curso, processo esse conduzido pelos próprios Timorenses. Parece consensual que a sociedade tradicional vai mudar, o que significa que as regras que a regulam e a sustentam se irão alterar. O sentido da mudança é a grande incógnita. Assumindo que o Estado nacional não impõe a lei positiva à sociedade tradicional e que esta não altera de *per si* as suas leis, então resta que as leis tradicionais se alterem de forma indireta com o tempo. Dos fatores indiretos, parece-nos que a titularização da terra será aquele que poderá exercer uma pressão mais rápida sobre os sistemas tradicionais de posse da terra.

Quaisquer que sejam as mudanças nos sistemas de posse da terra, com vista ou não a uma maior igualdade, é preciso ter sempre presente as funções primordiais que a terra desempenha para as comunidades Timorenses. Nomeadamente, os bens e serviços



que não têm uma valorização económica direta pelo mercado e em que o Estado e as comunidades são o único garante do seu contínuo fornecimento.

1.5. Orientação produtiva e níveis de produtividade

Em comunicado divulgado pelo Governo Timor-Leste, o atual debate orçamental no Parlamento Nacional de Timor-Leste permite aos Ministérios reportarem sobre os progressos em 2010 e delinear planos para o ano de 2011.

Tendo conseguido excelentes resultados por via da definição de nove programas principais em 2010, o Ministério da Agricultura continua a progredir para atingir as metas nacionais de autossuficiência alimentar, para aumentar a produtividade e a produção, diversificar a gama de produtos e fazer o país passar de uma agricultura tradicional de subsistência para uma agricultura eficiente e modernizada, eventualmente com capacidade para aumentar as exportações.

De acordo com o Governo Timor-Leste, a implementação do Programa de Agricultura e Horticultura em 2010 resultou no aumento da produtividade ao nível do arroz, milho e vegetais e conseguiu-se reduzir o número de doenças e pragas em plantas.

O café, o principal produto de exportação de Timor-Leste, é abrangido pelo Programa de Café, Indústria e Empresas Agrícolas. A produção de 312.000 pés de café e a reabilitação de 150 hectares de café pertencentes aos agricultores nos distritos de Ermera, Liquiçá e Ainaro fizeram com que a produção subisse dos 250 quilogramas por hectare para os 500 quilogramas por hectare em 2010.

Apesar das condições climatéricas adversas, o Secretário de Estado Ágio Pereira referiu que “em 2010 o Ministério da Agricultura e Pescas continuou a obter resultados muito positivos, à semelhança do que havia feito em anos anteriores”. Contudo, para 2011 “haverá novos saltos ao nível da produtividade, bem como a transição do setor agrícola, com a correspondente melhoria em termos de nutrição e com o alívio gradual da pobreza rural”, conclui.



2. Composição da superfície da exploração agrícola

Em regra não se praticava o armazenamento dos produtos agrícolas: cada timorense semeava o que julgava bastar-lhe para o ano em curso; se sobrava, vendia-se; se faltava, recorria-se a certas folhas, frutos e raízes de vegetação espontânea do conhecimento da sabedoria tradicional.

À época, as culturas dominantes da agricultura de subsistência eram, o milho (considerado o alimento-base dos timorenses) e o arroz, com baixas produções por unidade de superfície (que preenchiam, com dificuldade, a dieta dos timorenses) e de má qualidade. O arroz era produzido tanto em sequeiro como em regadio, mas não era considerado como produto regular da dieta timorense, sendo que a cultura do milho predominava sobre a cultura do arroz, ao contrário do que sucedia em todo o sudoeste asiático. A razão para esta situação, Thomaz atribuía-a à relativa secura do clima e ao mau aproveitamento das planícies irrigáveis do território.

O desenvolvimento da agricultura em Timor era grandemente condicionado pelo caráter rugoso do território, que era caracterizado por grande incidência da erosão. Assim, consideravam-se como, as principais causas da erosão, em Timor:

1. As condições topográficas marcadas por ásperas colinas e montanhas, determinantes de um declive médio elevado na maior parte da ilha (pelo menos em 80% da área). Um esboço das condições topográficas, atendendo à geomorfologia, caracteriza o território da seguinte forma:

Tabela 6 - Condições topográficas do território

	Percentagem relativa à área total do território	Declive-médio
Aluviões litorais e interiores	12%	0 - 5%
Planaltos de Baucau e Fuiloro	4%	0 - 5%
Formações geológicas várias	41 %	> 10%
	43%	> 20%

2. As altas quedas pluviométricas e a intensidade que as caracteriza, admitindo-se que em cerca de 65% do território e principalmente nas regiões montanhosas chove anualmente 1500 a 2000 mm, ou mais;



3. A destruição da cobertura vegetal que conduzia à nudez das encostas, agravada nas bacias de receção, provocando um rápido afluxo das águas às ribeiras que se transformam em torrentes destruidoras;
4. A agricultura itinerante e a queimada que a acompanhava nas encostas com declive excessivo, com a consequente destruição da cobertura vegetal, conduzindo à nudez das encostas;
5. O elevado grau de erodibilidade de alguns solos;
6. A perda de fertilidade destes solos acompanhada pela infestação por gramíneas, dificultando a regeneração das espécies;
7. O facto de algumas das plantas cultivadas (essencialmente milho, feijão e mandioca) fornecer reduzida proteção ao solo;
8. O excessivo encabeçamento do gado em algumas áreas, originando: ravinamento nas suas passagens habituais, o sobre pastoreio e a intensificação do uso das queimadas como forma de revitalização das pastagens através do aproveitamento dos rebentos das gramíneas;
9. As fracas ou praticamente nulas técnicas de conservação dos solos em locais onde eram necessárias. Excluía-se, como é natural, as várzeas onde se efetua a cultura de arroz em regadio.

Segundo Metzner existiam dois tipos de agricultura itinerante em Timor: a *fila rai* e a *lere rai*. A estas acresce a agricultura de regadio, praticada nas várzeas de arroz (*natar*), que era efetuada por uma pequena parte dos timorenses, já que implicava a existência de planícies inundáveis que rareavam na ilha. A diferença entre os tipos itinerantes reside no facto de a primeira ser um sistema mais antigo (menos evoluído) que intercala a rotação das culturas, com períodos de pousio de dimensão variada, usada em solos recentemente desflorestados que não necessitavam de matéria orgânica, enquanto a segunda resulta do aumento da pressão populacional que levava a agricultura a adaptar como técnica uma espécie de lavoura do solo, envolvendo no geral seis a oito pessoas que trabalhando lado a lado e usando instrumentos incipientes como ferramentas para o trabalho do solo. Este último tipo de agricultura só era feito, como se disse, devido a uma maior pressão humana.



Já Thomaz adotava outra nomenclatura para a caracterização da agricultura timorense tradicional: a agricultura sobre queimada (também designada por *ladang*), extensiva, quase itinerante, com longos pousios (que podem atingir dez anos ou mais), sempre em regime de sequeiro e a cultura de arroz em várzeas irrigadas (o *sawah* malaio), feita de forma fixa e intensiva.

A estas duas formas tradicionais de agricultura, havia que juntar a agricultura “das grandes plantações” de origem europeia, que predominava nas zonas cafeeiras.

3. A empresa agrícola

A empresa agrícola mais não é do que uma empresa cuja atividade se desenrola no setor agrícola. Não obstante ser uma empresa, partilhando os mesmos princípios e as mesmas variáveis, as especificidades desta ditam um conjunto de conceitos que lhe são específicos com vista a abarcar a sua realidade particular.

ALGUNS CONCEITOS

Empresa Agrícola - unidade ou organismo no seio do qual o respetivo responsável, o empresário, utilizando recursos limitados de terra e capital, toma as decisões necessárias à prática de um sistema de produção determinado, tendo em vista determinados objetivos.

Esta definição é muito próxima daquela apresentada no capítulo anterior: tem apenas a especificidade de se referir ao recurso terra. Indispensável na componente agrícola, bem como ao sistema de produção, isto é opção de combinação dos vários recursos disponíveis com diferentes intensidades, com vista a obter determinado tipo de produtos agrícolas.

3.1. Exploração agrícola

Exploração Agrícola - Conjunto de capitais que, reunidos em proporção conveniente e uma vez associados ao trabalho e submetidos a ação coordenadora e dinamizadora do empresário, vão dar origem à empresa.



Exploração agrícola é o prédio rústico ou conjunto de prédios rústicos contíguos ou não, explorados em comum por propriedade do(s) mesmo(s) titular(es), com ordenamento cultural e superfície que permitem obter um rendimento de trabalho, por unidade homem de trabalho ano, igual ou superior ao salário mínimo nacional para os setores não agrícolas (fig. 32).



Figura 32 - Exemplo de uma exploração agrícola

3.2. Propriedade rústica

Propriedade Rústica - Conjunto de terras e respetivas benfeitorias.

3.3. Prédio rústico, bloco, parcela

Prédio Rústico - Fração contínua de terreno, contendo ou não benfeitorias.

Conceitos

Prédio rústico é uma determinada área rural identificada por artigo matricial onde constam as confrontações, o nome do local onde se situa, da freguesia, do concelho do(s) titular(es). Entende-se por Unidade Homem Trabalho (UHT) a quantidade de trabalho que um trabalhador ativo agrícola está apto a prestar durante um ano e em condições normais, num período correspondente a 2400 horas.

Bloco - Subdivisão de prédio rústico, que muitas vezes não está diretamente ligado à propriedade principal.



Parcela - Pequenas secções de terra que se encontram inseridas no Bloco com características próprias.

3.4. Sistema de produção

Os Sistemas Agrícolas Principais

Em resposta a uma larga variedade de formações de terreno, solo e clima, os agricultores desenvolveram sistemas agrícolas diversificados para assegurarem a segurança alimentar. Os sistemas tradicionais de produção agrícola geralmente utilizados pelos agricultores de Timor-Leste são:

- Cultura itinerante de culturas irrigadas pelas chuvas, principalmente de milho;
- Cultura de arroz nas terras baixas, quer irrigado pelas chuvas, quer por irrigação;
- Hortas, com culturas irrigadas pela chuva, como milho, mandioca e feijão, bem como galinhas, cabras e porcos;
- Produção de bovídeos de Bali e de búfalos, também utilizados para revolverem os arrozais em preparação para a plantação (a técnica de fazer circular muitos animais no campo, chamada rencahe);
- Colheita de produtos florestais, tais como tamarindo, noz molucana, lenha e alimentos de longa duração, tais como inhames.

Para além destes sistemas de produção, algumas zonas têm plantações extensivas de culturas arvenses - café nas terras altas e cocos nas terras baixas. Algumas são grandes plantações estabelecidas pelos portugueses, mas a maioria são plantações de pequenos agricultores. Os sistemas agrícolas sobrepõem-se, sendo a cultura itinerante a atividade dominante. Nalgumas zonas do país a cultura itinerante pratica-se numa base sustentável, mas noutras zonas a densidade demográfica (mais do que 50 habitantes por hectare) é demasiado alta para uma cultura itinerante sustentável. Isto faz com que tenha que se promover a conservação e o reassentamento, tal como se aborda mais à frente.

Geralmente, as hortas têm cerca de 0,25 ha e concentram-se à volta da maioria das povoações rurais. Nalgumas zonas funcionam bem e são muito produtivas; noutras parecem ser mais ao acaso. As diferenças relacionam-se com o clima e com a etnia. As hortas também têm árvores frutíferas e pequenos animais. O milho é geralmente consumido pelo agregado familiar, enquanto que a maior parte das culturas de tubérculos



se dá aos animais. A estação húmida curta e pouco fiável limita o desenvolvimento das hortas e nas zonas mais secas as cabras substituem os porcos como animal de eleição. A cultura do arroz nas zonas alagadas pode ser irrigada ou somente regada pelas chuvas. O milho cultiva-se nas zonas mais elevadas no início da estação das chuvas e a preparação da terra para o arroz verifica-se depois. Depois do arroz estar plantado os agricultores retornam às suas terras altas de cultura itinerante para colherem o milho, antes de regressarem aos arrozais para colher o arroz. Com este sistema, condições climáticas pouco favoráveis para uma cultura são compensadas por condições favoráveis para a outra. A meta do agricultor não é intensificar a produção, mas sim garantir a segurança alimentar através da diversificação. Mesmo assim, os resultados preliminares do inquérito à pobreza de 2001-02 indicam que 30% dos núcleos familiares continua a ter escassez alimentar durante os tradicionais ‘meses de fome’ (Novembro a Fevereiro) entre as colheitas do arroz e do milho.

Depois do voto para a independência em Agosto de 1999 a agricultura, que já sofria de negligência devido à interrupção política, sofreu mais um golpe quando o gado para consumo e para tração foi destruído ou removido para Timor Ocidental, quando a maquinaria agrícola e de processamento foi destruída ou roubada, quando os insumos agrícolas (fertilizantes, pesticidas, alfaias) foram removidos ou queimados, quando as existências alimentares e de sementes foram saqueadas e quando os mercados urbanos locais foram incendiados.

Depois das hostilidades, a reconstrução do setor agrícola tornou-se num imperativo importante. Este período de reabilitação beneficiou de uma grande infusão de assistência dos doadores e de ONG durante os períodos de emergência e de pós-emergência.

Como resultado:

- Evitou-se a fome e a desnutrição, devido à tradição de solidariedade e de partilha nas comunidades, à disponibilidade de culturas tradicionais de longa duração (mandioca) e de alimentos silvestres (sago) e à distribuição gratuita (muitas vezes por helicóptero para zonas remotas) de arroz, óleo de cozinha e outros produtos alimentares fornecidos por agências nacionais e internacionais de auxílio;
- Tem-se verificado uma reconstrução considerável e reposição de infraestruturas rurais e de instalações de processamento agrícolas, tais como maquinaria de processamento de café, moinhos de arroz e debulhadoras de milho;





Figura 33 - Pequenas hortas

Os princípios seguintes para o desenvolvimento a médio prazo podem ser um guia útil para Timor-Leste na formação do seu novo sistema agrícola - desde que se mantenham em mente características institucionais específicas e o potencial para falhas de mercado:

- A agricultura vai continuar a ser a fonte mais importante de rendimentos para a maioria da população e a principal atividade económica em Timor-Leste.
- A produção agrícola e as decisões de preços devem ser tomadas pelo setor privado envolvido na agricultura: agricultores, bancos, empresários, fornecedores e comerciantes. Uma abordagem destas minimiza a procura de recursos governamentais, bem como as oportunidades de corrupção para os funcionários públicos. Esta abordagem implica que tanto o comércio interno como o comércio externo devem ficar relativamente livres de tarifas, quotas e taxas, de forma a permitir que os produtores decidam os seus preços com base nos preços predominantes;
- Se a intervenção pública for apropriada, o modelo deve ser o de financiamento público e prestação privada. Por exemplo, o governo pode querer apoiar atividades de meios de comunicação ou de extensão. Pode fazer isto contratando agentes privados de extensão ou ONG para prestarem estes serviços (tal como o MAPF está atualmente a fazer com as campanhas de vacinação);
- O governo não deve ser dono de empresas geradoras de rendimento, tais como matadouros, armazéns, silos, estaleiros de tratores, ou centros de serviços e equipamentos rurais;
- O desenvolvimento e construção de projetos de infraestruturas físicas ao nível da comunidade devem ser orientados por processos participativos.



3.5. Tipos de empresas agrícolas

Uma outra maneira de caracterizar as estruturas agrárias de uma dada região ou País está relacionada com as respectivas formas de exploração da área disponível, ou seja, com as diferentes formas jurídicas pelas quais as empresas agrícolas dispõem da terra que utilizam (fig. 34).



Figura 34 - Agricultura, fonte de rendimento

3.5.1. Patronal, familiar, cooperativa, agricultura de grupo

Natureza jurídica das explorações agrícolas

Do ponto de vista da sua natureza jurídica as explorações agrícolas podem ser classificadas da seguinte forma:

Patronal: Quando existe uma entidade patronal (pessoa ou empresa)

Familiar: Quando a entidade patronal é a família e esta trabalha na exploração da terra

Cooperativa: As cooperativas agrícolas são entidades formadas por agricultores ou microempresários agrícolas às quais eles entregam os seus produtos para venda, e vendidos os produtos, recebem o valor da sua venda em função do preço conseguido pela cooperativa.



Que vantagem tem o agricultor?

Ora, se o agricultor fosse vender o produto isoladamente, teria pequeno poder de negociação, enquanto que a cooperativa, juntando os produtos de vários agricultores, cria grande poder de negociação e consegue um preço melhor, além de conhecer melhor o mercado que o agricultor isoladamente.

Sociedade de agricultura de grupo:

1. As sociedades de agricultura de grupo, adiante designadas abreviadamente por SAG, são sociedades civis sob a forma de sociedade por quotas tendo por objeto a exploração agrícola ou agropecuária realizada por um número limitado de agricultores, os quais põem em comum a terra, os meios financeiros e/ou outros fatores de produção e asseguram conjuntamente a gestão da empresa e as suas necessidades em trabalhos, em condições semelhantes às que se verificam nas explorações de carácter familiar.
2. A realização em comum de atividades agrícolas ou pecuárias não conexas com a exploração da terra ou em que esta tenha um carácter manifestamente acessório só é admitida desde que sejam economicamente complementares do conjunto da exploração ou das explorações associadas e contribuam de forma relevante para o seu equilíbrio.
3. Podem também ser reconhecidas como SAG as sociedades que sejam constituídas para fazer face a atividades acessórias ou complementares da atividade agrícola ou agropecuária, designadamente a utilização em comum de instalações, máquinas ou equipamentos, desde que contribuam para o equilíbrio das explorações associadas para esse fim e utilizem em exclusivo produtos das explorações dos sócios ou prestem serviços dirigidos exclusivamente às suas explorações.

Objetivos

As SAG visam essencialmente promover e facilitar o emparcelamento de explorações e evitar a sua divisão, a constituição de empresas agrícolas física e economicamente bem dimensionadas, o aperfeiçoamento técnico e uma maior eficácia das condições de produção e organização do trabalho, de forma a proporcionar aos sócios a melhoria da sua situação económica, social e profissional (fig. 35).





Figura 35 - O trabalho agrícola

Requisitos essenciais de constituição e funcionamento

São requisitos essenciais de constituição e funcionamento das SAG:

- 1º Os sócios serem pessoas singulares, maiores, agricultores a título principal e dotados de bastante capacidade profissional;
- 2º O número de sócios não pode ser superior a dez;
- 3º Os sócios exercerem a sua atividade a título principal na sociedade;
- 4º O volume total de trabalho assegurado pelos sócios deve ser equivalente pelo menos a 1,5 UHT (unidade homem/trabalho);
- 5º Nenhum sócio pode ser detentor de menos de 10% do capital social;
- 6º Cada sócio dispõe de um único voto, independentemente do montante e composição da respetiva quota.

3.5.2. Sociedades

Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho Limitada

As propriedades agrícolas da SAPTL, produtoras principalmente de café, agrupavam-se em 3 núcleos compreendendo cada núcleo uma série de feitorias como segue:





Figura 36 - Colheita de café - uma riqueza timorense

NÚCLEO DE FATU BESSE - área planificada 5 230 ha.

Feitorias de Urgumelo, Railete, Fatu Besse, Hato Regas, Aguilar, Mata Nova, Oeleu, Sape Soe, Lebo Meo, Boro, Aço Lau e Beturema.

NÚCLEO DE TALO - área planificada 5 021 ha. Feitorias de Talo, Diore, Coliate, Mano Sae, José Celestino da Silva, Oelau, Borema, Sanara e Huro.

NÚCLEO DE PAHATA - área planificada 621 ha, Feitorias do Pahata, Bualema e Puquemenaro, Os núcleos de Fatu Besse e Talo ficam no Concelho de Ermera enquanto o de Pahata fica no Concelho de Liquiçá, ..

O mais importante do ponto de vista de extensão, ocupação agrícola e produção é o núcleo de Fatu Besse seguindo-se-lhe Talo e Pahata. Comparada aos outros dois núcleos a ocupação agrícola do núcleo de Talo é bastante reduzida, pois é uma sociedade agrícola que já não existe, pelo menos na mesma conceção que tinha.

No entanto deve-se criar condições para o aparecimento deste tipo de sociedades que levem ao desenvolvimento das várias regiões agrícolas de Timor-Leste.

4. Formas de exploração da terra

Por superfície agrícola utilizada (SAU) entende-se a área constituída pelas terras aráveis (limpas ou sob - coberto de matas e florestas), culturas permanentes, prados e pastagens permanentes (fig. 37).





Figura 37 - Utilização da terra

As modalidades a considerar neste âmbito são:

- **Conta própria** - SAU que é propriedade da empresa agrícola ou relativamente à qual ela é a respetiva usufrutuária ou superficiária;
- **Arrendamento fixo** - SAU de que a exploração dispõe durante um período superior a uma campanha mediante o pagamento de uma renda (em dinheiro, géneros ou prestação de serviços) de um montante previamente estabelecido independentemente dos resultados económicos da exploração;
- **Arrendamento de campanha** - SAU explorada mediante um contrato de arrendamento para uma única campanha agrícola;
- **Arrendamento de parceria (ou variável)** - SAU explorada em associação, pela empresa agrícola e pelo proprietário, com base num contrato de parceria (escrito ou oral), no qual se estabelece a forma de proceder à repartição dos resultados a obter e dos encargos a suportar;
- **Outras formas** - terras cedidas gratuitamente;

4.1. Conta própria, arrendamento, parceria, outras formas

Já descrito em 3.5.1. Tipos de empresas agrícolas





Figura 38 - Plantação

5. Fatores de produção

Os recursos de que, em quantidades variáveis mas sempre limitadas, o agricultor dispõe para produzir são os fatores de produção agrícola.

Assim, os fatores de produção são o conjunto de meios geridos pelo empresário, utilizados no processo produtivo (terra, máquinas, gado, trabalho, etc.)

Critérios de classificação dos fatores de produção

Para classificarmos os fatores de produção e procedermos à sua sistematização convém agrupá-los em grupos atendendo aos diferentes critérios de classificação que estes possuem em comum:

Quanta à sua natureza, isto é, as características intrínsecas que possuem em comum, os fatores de produção agrupam-se em:

- **Trabalho:** que é todo o esforço desenvolvido diretamente pelo homem na obtenção de bens agrícolas.
- **Capital:** conjunto de todos os bens materiais utilizados no ato de produzir (também designado por trabalho indireto). O conceito de capital não pode ser encarado como referindo-se à componente monetária ou a dinheiro, embora seja através deste que se adquirem os restantes bens.



Outro critério utilizado na caracterização dos fatores de produção baseia-se nas funções que os mesmos desempenham e no seu tempo de permanência. Assim podemos ter fatores de produção:

Fixos ou Estruturais - que são os que a exploração dispõe em quantidades apreciáveis e como tal determinam a produção da mesma, permanecendo nela vários anos sem sofrerem qualquer alteração quantitativa, apenas sofrendo depreciações. Podem chamar-se estruturais porque no seu conjunto constituem a organização interna da exploração, ou seja, o seu Aparelho de Produção, determinando assim quanto produzir.

Variáveis ou Operacionais - que são aqueles que permanecem num curto espaço-tempo (inferior a um ano) e durante o qual sofrem alterações através das várias combinações produtivas. Estes últimos determinam a quantidade e qualidade dos fatores utilizados, o nível de produção e a tecnologia utilizada, traduzindo assim o Sistema de Produção.

Classificação do fator Trabalho

Numa empresa agrícola, o fator Trabalho pode ser classificado quanto à natureza, ao tipo de atividade desempenhada na exploração e quanto ao tempo de permanência na exploração, de acordo com o quadro que se segue:

Natureza	Tipo de atividade	Tempo de permanência
Familiar	Executivo	Eventual
Assalariado	Diretivo	Permanente

Classificação do fator capital

Entre o conjunto de fatores que a exploração agrícola utiliza, distinguem-se várias categorias segundo os critérios de natureza física e das funções que desempenham no processo produtivo.

Classificação Segundo a natureza física

Segundo o critério natureza física, os fatores de produção dividem-se em dois grandes grupos:



Capital fundiário - o qual é composto por terra bem como por todos os bens fisicamente a ela ligados e que não possuem mobilidade. Ao capital fundiário pertence a propriedade rústica, constituída por prédios rústicos, englobando a terra e tudo o que nela se encontra incorporado com características de permanência.

Assim o **capital fundiário** subdivide-se em:

- 1. Terra e águas naturais** - sendo a terra a camada de solo arável, e as águas naturais incluem as nascentes naturais e cursos de água onde não existiu interferência humana.
- 2. Benfeitorias** - que são todos os melhoramentos que se realizam na exploração com a finalidade de “aumentar o seu valor patrimonial” e dentro destes distinguem-se:
 - **Melhoramentos fundiários** - que são todos aqueles que conduzem a um aumento de fertilidade dos solos e ou a facilidades do processo de gestão da exploração. Como exemplo de melhoramentos fundiários podemos citar uma rede de drenagem ou um tanque, poço ou barragem para armazenagem de água para rega, cercas entre outros.
 - **Construções** - que são todas aquelas que possuem fundações, isto é, alicerces de betão, contrariamente aos melhoramentos fundiários em que os mesmos não existem. Como exemplo podemos citar uma vacaria ou um hangar para recolha de máquinas.
 - **Plantações** - que são todas as espécies arbóreas ou arbustivas com carácter plurianual. Como exemplo podemos citar um pomar de anonas.

Capital de exploração - conjunto dos restantes bens, que associados ao capital fundiário asseguram a produção. São um conjunto de bens de produção de natureza muito diversa, mas que não estão relacionados com o bem terra.



Classificação do fator capital segundo a função desempenhada na exploração e tempo de permanência na mesma

Atendendo aos dois critérios anteriormente enumerados, o **capital de exploração** pode ser subdividido em:

Capital de exploração fixo - composto pelo conjunto de bens que permanecem durante muito tempo na exploração e que são componentes do aparelho de produção.

Este capital pode ser:

- **Fixo inanimado** - que como o próprio nome indica é caracterizado pela ausência de vida. Inclui todas as máquinas e equipamentos.
- **Fixo vivo** - composto por todas as espécies animais que permanecem na exploração por períodos de tempo superiores a um ano, nomeadamente os animais reprodutores.

Capital circulante - constituído pelo conjunto dos meios de natureza variável e que permanecem durante um curto período de tempo na exploração, isto é, inferior a um ano, durante o qual sofrem diferentes combinações produtivas, além de serem incorporados no processo produtivo e transformados. Incluem-se nesta categoria de capitais, as produções obtidas e ainda não utilizadas para venda ou consumo, todo o valor a receber, bem como o dinheiro disponível. Considera-se, ainda, que este tipo de capital pode ser:

- **Capital de aprovisionamento** - conjunto de meios adquiridos ao exterior e que se encontram em armazém à espera de serem incorporados no processo produtivo num curto espaço de tempo.
- **Capital de maneio** - incluem todas as produções armazenadas, valores a receber e o dinheiro líquido.
- **Cativo** - capitais circulantes, aplicados numa atividade com o objetivo de obter produções a curto prazo (fig. 39).



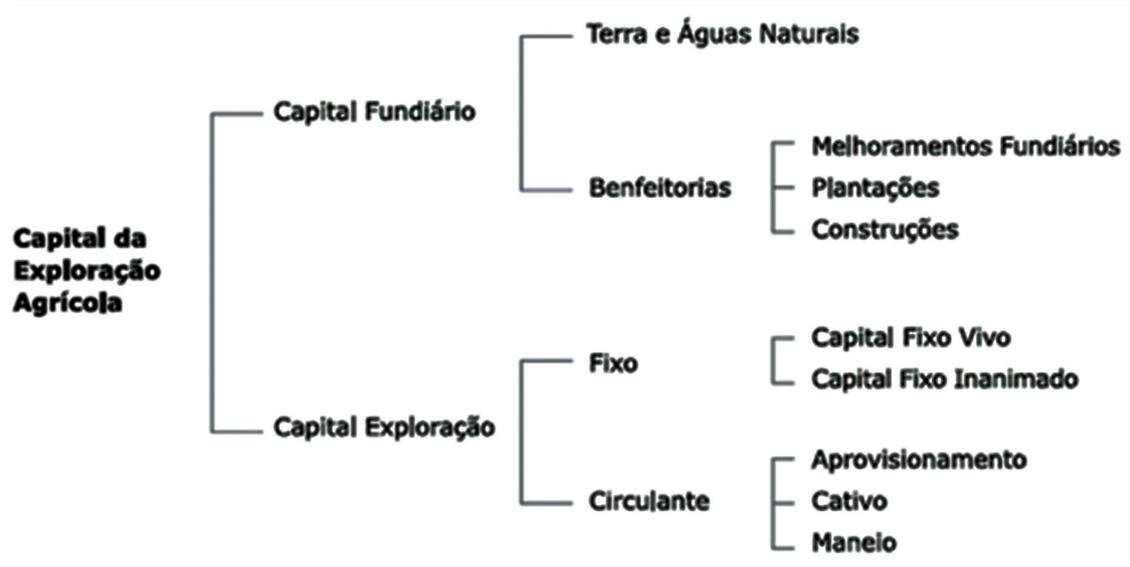


Figura 39 - Capital de exploração agrícola

Por último, considera-se ainda como **capital de exploração** o **capital de reserva**, o qual pode ser:

- **Reconstituição** - compreende as quotas anuais de desvalorização do capital fixo, excetuando a terra, isto é, as amortizações.
- **Precaução** - o qual constitui uma reserva por questões de prudência e devido ao risco inerente à atividade empresarial agrícola. Na literatura contabilística também são referidos como provisões.

Encargos de produção

A utilização de todos os fatores de produção inerentes ao processo produtivo implica o dispêndio de valores monetários com vista à sua aquisição ou utilização. Assim, a expressão monetária dos fatores de produção consumidos num determinado exercício económico designa-se por encargos de produção.

Atendendo aos critérios de classificação natureza e origem, os encargos de produção classificam-se em reais e atribuídos.

Os Encargos reais estão relacionados direta ou indiretamente com uma despesa e implica um pagamento. Podem dividir-se de acordo com a sua origem em:

- **Fixos** - Também designados por estruturais, sendo aqueles que provêm da presença de fatores de produção em quantidade dada e por isso não variam com



a natureza. O quantitativo e o valor das produções praticadas pela exploração durante o período tomado em consideração. Os encargos também se podem classificar como fixos se disserem respeito a consumos que não são imputáveis a nenhuma atividade específica e portanto são comuns a todas as atividades da empresa. Um encargo fixo existirá sempre que, não encerrando definitivamente a empresa, se decidir não produzir nem desenvolver nenhuma atividade. São exemplos disso a eletricidade, as rendas, a água (quando fornecida por uma entidade externa). Os salários com empregados permanentes, as rendas ou juros de empréstimos, etc.

Convém ressaltar que existem encargos considerados fixos que são imputáveis a determinada atividade. Estes designam-se por encargos fixos específicos, em oposição aos encargos fixos comuns em que essa diferenciação não é possível. Se existir um contador de eletricidade numa instalação em que a única atividade que se desenvolve é a criação de galinhas, o encargo será fixo, específico dessa atividade. Mas se o contador que existe for único para toda a exploração, não sendo possível saber quanto consome a atividade A, B ou C, então considera-se fixo comum.

- **Variáveis** - Também designados por operacionais. São relativos a consumos, utilizações ou aplicações numa atividade da empresa. Se o empresário decidir não produzir não se incorrerá nesse encargo. A designação de variável não deve ser confundida com o facto de se consumir mais ou menos de determinado bem ou serviço, mas sim com a variação desse consumo resultante da decisão de produzir ou não. Como exemplos de encargos variáveis temos sementes, fitofármacos, fertilizantes, porque a sua aquisição e aplicação estão dependentes de se desenvolverem atividades onde os mesmos sejam necessários.

Por vezes, determinados encargos são pela sua natureza classificáveis como variáveis mas torna-se difícil ou inviável atribuí-los a determinadas atividades, pelo que se consideram fixos. Por exemplo, o gasóleo ou as reparações com um trator podem definir-se como variáveis mas muitas vezes não é fácil ou preciso determinar quanto se consome destes bens e serviços em cada atividade onde foram aplicados, pelo que se poderão considerar fixos, diluindo-se assim nos custos de estrutura da empresa.



Os encargos dizem-se atribuídos quando não tem associado um fluxo financeiro de contrapartida, isto é, não tem uma despesa ou pagamento logo o valor desse encargo é apurado indiretamente.

Normalmente, os encargos atribuídos resultam da utilização na exploração de recursos próprios do empresário (p. exemplo, terras) ou da autoutilização de produções ou subprodutos da exploração e cujo valor é calculado com base no que seria preciso despendar para adquirir esse recurso no exterior ou por outro método que permita valorizar essa utilização.

Particularidades dos recursos da empresa agrícola:

Na sua forma mais simples o problema do empresário, a curto prazo, é o de maximizar o lucro da empresa, sujeito às possibilidades tecnológicas e recursos disponíveis (terra, capital, trabalho). Isto é, de acordo com as tecnologias de produção que pode adotar e o aparelho de produção existente na empresa.

No entanto, existem características particulares dos recursos agrícolas, que é necessário ter em conta na implementação, ou seja, na forma como esses recursos vão ser usados. Estas características são: tipos de solo, características das plantas, características das sementes, utilização das máquinas e alaias agrícolas, etc.

6. As Empresas

Em Timor-Leste o setor agrícola representa cerca de 73% da população e contribui em 25.4% no valor total do PIB. (2001).

Como se pode verificar o setor primário é aquele que mais peso tem na economia de Timor, no entanto há que desenvolver várias atividades, em especial, a formação e começar a produzir mais e melhor, criando empresas que desenvolvam o setor no sentido da melhoria da produtividade.

6.1. A sua natureza

Uma empresa é uma instituição tipicamente social. Na verdade, a maioria absoluta das empresas é uma sociedade de algum tipo (envolvendo mais de um proprietário - em



geral, pelo menos dois sócios; numa sociedade anónima, até milhares de acionistas). Uma empresa é forçosamente criada como uma sociedade específica e tem sede num território politicamente organizado (ou seja, uma nação). A sua atividade é regulada pelas leis da nação em que foi criada. Se ela precisa ou deseja agir também a partir de outras nações, a empresa precisa ter presença nelas através de filial ou subsidiária, que passa a ser regida também pelas leis da nação em que foi estabelecida.

Mas há vários tipos de instituição ou sociedade que preenchem os requisitos descritos no parágrafo anterior. Para entender como a empresa se diferencia de outras instituições ou sociedades congéneres (que pertencem ao mesmo *genus*), é preciso explicitar a sua espécie (*species*). Isso faz-se delineando o objetivo, ou a finalidade, da instituição ou sociedade que se caracteriza como empresa.

O objetivo de uma empresa (qualquer que seja o seu objeto) é gerar lucro para os seus proprietários ou acionistas. É isso que a diferencia de outras organizações existentes na sociedade, como as governamentais e as não-governamentais mas também não-empresariais (hoje chamadas inadequadamente de Organizações Não-Governamentais, pois as empresas também são, *sensu stricto*, organizações não-governamentais).

A função da empresa também é tipicamente social (qualquer que seja o seu objeto). A forma pela qual a empresa gera lucro para seus proprietários e acionistas é atendendo, através dos bens que manufatura ou dos serviços que presta, às necessidades e aos desejos das pessoas e instituições que fazem parte de um determinado mercado (oje os mercados nacionais estando a convergir para um só mercado, global). O facto de a finalidade de uma empresa ser gerar lucro para os seus proprietários e acionistas não impede, portanto, que a empresa, além de ser, pela sua natureza, uma instituição social, exerça uma função social, atendendo a necessidades e desejos existentes no mercado. Além de diretamente atender a necessidades e desejos das pessoas e demais instituições de uma nação, uma empresa gera empregos e paga impostos, assim contribuindo, de forma indireta, para o desenvolvimento económico da nação.

Tão ou mais importante, a empresa pode ter, como instituição social que é, valores, posturas e condutas que definem o seu posicionamento na sociedade e a visão que tem da sua parcela de responsabilidade pelo desenvolvimento económico, político e social (principalmente este) daquela sociedade.



O objeto de uma empresa pode ser produzir bens ou prestar serviços. Hoje em dia costuma falar-se em produtos de uma empresa de modo a englobar tanto os bens que ela produz como os serviços que presta. A comercialização dos bens que uma empresa produz é uma forma de prestação de serviços.

Se uma empresa extrai minerais do subsolo, ou cultiva a terra, ou cria animais, ou se ela constrói prédios ou fabrica roupas, alimentos ou armamentos, ou se ela, ainda, presta serviços de recolha de lixo, ou na área de finanças, educação ou saúde, é irrelevante para a função social que ela exerce na sociedade. A função social primária da empresa é, como vimos, gerar lucro para seus proprietários e acionistas, remunerando o capital que investiram. Isso consegue-se atendendo às necessidades e aos desejos das pessoas e das outras instituições que constituem o mercado. Esse atendimento faz parte de sua função social primária, pois é assim que ela obtém a receita necessária para a geração de lucros. Pode dizer-se que cada um que compra um produto (bem ou serviço) de uma empresa dá-lhe um voto que vai representar o seu sucesso empresarial.

O subproduto imediato da atividade de uma empresa é, como vimos, gerar empregos (e, assim, contribuir para o desenvolvimento da população através do pagamento de salários) e contribuir para o governo através do pagamento de encargos e impostos.

Isso tudo é feito pela empresa independentemente de seu objeto. Uma empresa de armamentos é, nesses aspetos, indiferenciável de uma empresa que atua como hospital ou como escola. Empresas que fabricam cigarros e bebidas alcoólicas também produzem lucro, geram empregos e pagam impostos.

Também é independente de seu objeto o facto de uma empresa ter ou não uma visão social, um posicionamento que caracteriza uma responsabilidade social corporativa significativa, ou acima da média. Empresas que fabricam cigarros, bebidas alcoólicas e armamentos podem muito bem ter responsabilidade social corporativa mais significativa e com impacto significativo do que empresas que atuam diretamente na área da educação e da saúde - e isso a despeito do facto de que seus produtos podem, se usados de forma irresponsável, prejudicar a saúde ou mesmo matar.

Quando se fala em responsabilidade social corporativa não se está falando de filantropia. Empresas, tanto quanto os indivíduos podem e, tendo possibilidade, devem fazer filantropia - dar dinheiro ou outros recursos para pessoas necessitadas, de forma direta ou indireta. Quando se fala em responsabilidade social corporativa, porém, está-se falando



em investimento na melhoria do nível de desenvolvimento humano (especialmente social) da população. Esse investimento, como qualquer outro, precisa fazer sentido do ponto de vista do negócio.

6.2. Características e dimensão

As micro, pequenas e médias empresas constituem em média mais de 90% das empresas no mundo, representando 50 a 60% dos postos de trabalho. De acordo com as definições do Banco Mundial, as 'microempresas' têm até 10 empregados, as 'pequenas empresas' têm até 50 empregados e as 'médias empresas' têm entre 51 e 300 empregados. Qualquer empresa com 301 empregados ou mais é considerada 'grande'.

Claramente, em termos de desenvolvimento rural global em Timor-Leste, o setor privado tem potencial para desempenhar um papel essencial na ajuda a erradicação da pobreza extrema (fig. 40).



Figura 40 - Densidade populacional em Timor-Leste, habitantes por km²

(Fonte: Censos 2010)

Devido à natureza de subsistência da atividade agrícola nas zonas rurais, a maior parte das pessoas, com empregos remunerados, trabalha para o Governo - como professores, profissionais de saúde, extensionistas e nos departamentos. De acordo com o Censos de 2010, 68% das pessoas, com empregos remunerados nas zonas rurais, trabalham para o



Governo de alguma forma, deixando 32% a trabalharem para o setor privado, por norma em pequenos ou muito pequenos negócios. Destes trabalhadores do setor privado, estima-se que apenas 10% sejam remunerados. Isto significa que muitas pessoas nas zonas rurais não têm rendimentos.

Parte da solução consiste em providenciar uma base económica viável, que possibilite o desenvolvimento rural. Isto irá requerer a diversificação em novas atividades económicas, bem como melhorar a eficiência das atividades atuais e ativar as negligenciadas.

Tal como foi referido, presentemente o setor privado só consegue criar cerca de 400 novos empregos formais por ano em todo o território de Timor-Leste. Contudo o setor privado está a crescer. O registo de empresas tem aumentado de forma gradual, passando-se de 171 em 2007 para 1.799 em 2009. A nível do registo de microempresas, passou das 1.212 em 2007 para as 5.232 em 2009. Os processos de registo foram simplificados através do Código de Registo Comercial, a fim de encorajar a formação de mais empresas.

7. A constituição da empresa

O Governo timorense decidiu avançar com um sistema de criação de empresas “na hora”, semelhante ao que foi feito em Portugal, com o objetivo de dinamizar a atividade empresarial.

O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que cria o Regime Especial de Constituição Imediata de Sociedades Comerciais “Empresa na hora”.

Segundo uma nota da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros, o diploma “cria um procedimento especial de formalização e registo imediato na constituição de sociedades comerciais, realizado no departamento de registo comercial do Ministério da Justiça, no mesmo dia e em atendimento presencial único”.

O procedimento inclui a publicação e comunicação do mesmo registo a outros departamentos ministeriais com competências na legalização do início de atividade das entidades comerciais.

Tal como no sistema português, a recolha oficiosa de dados necessários à legalização e à sua transmissão aos diferentes ministérios será feita por via eletrónica.

Para criar a “Empresa na Hora”, o Governo decidiu introduzir um conjunto de alterações na legislação que rege o registo comercial bem como notarial.



Mas as modificações respeitam sobretudo ao regime que rege a aprovação do nome das entidades comerciais. A competência para a tradução de documentos escritos em línguas estrangeiras também foi alargada.

Decidida a forma jurídica da empresa, é necessário realizar os seguintes trâmites para a constituição da sociedade:

- Nome e razão social. Recomendações:
 - Que seja distintiva, original e fácil de entender, pronunciar e recordar.
 - Que tenha alguma relação com a atividade da empresa.
 - Que seja atrativo tanto ao nível do som como na sua grafia. Tanto mais que do nome se deve desenhar um logótipo.
 - Que tenha vocação do futuro e expansão comercial.
 - Que não coincida com o de nenhuma outra.
- Pedido do Certificado de Admissibilidade de Firma ou denominação de pessoa coletiva (CAF).

O CAF poderá ser obtido em qualquer Conservatória do Registo Comercial ou na sede do Registo Nacional das Pessoas Coletivas (RNPC) ou ainda no CFE (Centro de Formalidades das Empresas).

A sociedade comercial a criar terá de ter um nome (a firma) sem o qual não é possível proceder à outorga do pacto social. O certificado é a garantia que o nome escolhido pela nova empresa é válido (no sentido de que não existe no mercado uma firma com uma designação similar).

- Pedido do Cartão Provisório de Identificação de Pessoa Coletiva (opcional).

Ao requerer o CAF deverá também solicitar o Cartão Provisório de Pessoa Coletiva.

- Documentos necessários:
 - Impresso Modelo 11 (pedido do Certificado de Admissibilidade - original e duplicado);
 - Impresso Modelo 10 (pedido do Cartão Provisório);
 - Guia de depósito dos respetivos emolumentos - (Certificado de Admissibilidade e Cartão Provisório).



O prazo de validade do certificado é de 180 dias para efeitos de escritura e válido por 1 ano após a celebração da escritura, para efeitos de registo comercial.

➤ Marcação da Escritura Pública

Está pois em condições de marcar a escritura pública, que deverá ser realizada num Cartório Notarial.

Documentos necessários:

- Formulário do CFE relativo à constituição de sociedades preenchido;
- Certificado de Admissibilidade de Firma;
- Fotocópia dos documentos de identificação dos outorgantes (pessoas singulares: B.I. e N.I.F - pessoas coletivas: Certidão da Conservatória do Registo Comercial comprovativa de todas as inscrições em vigor emitida há menos de um ano, Cartão de Pessoa Coletiva, Pacto Social em vigor, B.I. e cartão de contribuinte de quem obriga ou representa a sociedade);
- Relatório do Revisor Oficial de Contas para as entradas em bens diferentes de dinheiro;
- Documento comprovativo do pagamento do I.M.T. (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), quando há entradas em bens imóveis para a realização do capital social, salvo se estiver isento.

➤ Celebração da Escritura Pública

Documentos necessários:

- Documentos de identificação dos outorgantes (pessoas singulares: B.I. e N.I.F).
- Declaração de Início de Atividade.

Após a celebração da escritura pública deverá pedir a declaração de início de atividade na DGCI - Direção Geral dos Impostos (repartição de finanças da área da sua sede).

O pedido da declaração do início de atividade deverá ser realizado no prazo de 90 dias a contar da inscrição no RNPC (data da emissão do cartão provisório).

Documentos necessários:

- Modelo da INCM em vigor - em triplicado, com os dados relativos ao técnico oficial de contas, devidamente certificado;



- Cartão Provisório de Identificação de Pessoa Coletiva ou Certificado de Admissibilidade de Firma;
- Fotocópia da escritura pública;
- Fotocópia do B.I. e dos N.I.F. dos sócios e do técnico de contas;
- Guia de depósito relativa ao cartão de identificação de pessoa coletiva.

Requisição do Registo Comercial, Publicação no DR e Inscrição no RNPC.

Deverá proceder ao registo da constituição da sociedade. Só com o registo definitivo do contrato, a sociedade adquire efetivamente a sua personalidade jurídica.

Entidade competente no CFE: Gabinete de Apoio ao Registo Comercial

Este Gabinete encarregar-se-á de enviar toda a documentação à Conservatória do Registo Comercial competente (da área da sede da sociedade).

Documentos necessários:

- Escritura Pública da constituição da sociedade;
- Certificado de Admissibilidade de Firma;
- Declaração de Início de Atividade.

Prazo: Até 3 meses após a celebração da escritura pública.

Nota: A requisição do registo deve ser efetuada por um sócio, por um gerente da sociedade ou por representante legal.

No Gabinete de Apoio ao Registo Comercial serão efetuados três pagamentos distintos (à Conservatória do Registo Comercial, ao RNPC e à Imprensa Nacional Casa da Moeda pela publicação do pacto social no Diário da República), pagamentos que devem ser realizados através de 3 cheques diferentes.

Publicações:

- Diário da República: sociedades por quotas, anónimas ou comandita por ações; Jornal da localidade da sede ou da respetiva região: sociedades por quotas ou anónimas (salvo se o requerente declarar expressamente que não a pretende).
- Inscrição na Segurança Social.
- Deverá agora proceder à inscrição na Segurança Social, no Centro Regional da Segurança Social da sua área da sede, ou na entidade competente no CFE (ISS - Instituto da Segurança Social)



Documentos:

- Boletim de Identificação do Contribuinte;
- Escritura Pública de constituição da sociedade;
- Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva ou Certificado de Admissibilidade de Firma;
- Ata da nomeação dos membros dos órgãos estatutários e sua situação quanto à forma de remuneração;
- Fotocópia do cartão de contribuinte dos membros dos órgãos estatutários da sociedade;
- Declaração de início de atividade.

Prazo:

- A inscrição na Segurança Social deverá ser efetuada no prazo de 10 dias úteis, a contar da data declarada no Modelo de início de atividade.

Os CFE (Centros de Formalidades das Empresas) são serviços de atendimento e de prestação de informações aos utentes que têm por finalidade facilitar os processos de constituição, alteração ou extinção de empresas e atos afins.

7.1. Processos necessários para a constituição das empresas

Em Timor-Leste para constituir uma empresa há que, à partida, consultar a Lei abaixo referida, pois esta é a legislação atual que permite essa constituição.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Parlamento Nacional

Lei nº 4/2004

7.2. Entidades existentes

Ministério da Agricultura e Pescas de Timor-Leste

Responsável pelo desenvolvimento e execução das políticas definidas pelo Conselho de Ministros em matéria de agricultura, pescas e floresta.

O Ministro é coadjuvado por três Secretários de Estado, nomeadamente o S.E. da Agricultura e Arboricultura, o S.E. das Pescas e o S.E. da Pecuária.



Entre outros, tutela os seguintes organismos:

Direção de Agro-Comércio,
Direção de Pesquisa e Serviços Especiais,
Direção de Quarentena e Bio-segurança,
Direção de Educação e Treinamento Agrícola,
Serviço de Desenvolvimento Comunitário Agrícola,
Direção de Política e Planeamento,
Direção Nacional de Florestas.

Para que a agricultura se desenvolva é necessário que instituições organizadas pelos agricultores se formem e ajudem, em conjunto com as instituições governamentais, a desenvolver todo o processo técnico e produtivo.



Exercícios

- 1 - Indique qual a principal cultura agrícola de valor comercial em Timor.
- 2 - Descreva em poucas palavras como se processa a utilização da terra em Timor-Leste.
- 3 - Defina Empresa Agrícola.
- 4 - Qual o conceito de Exploração Agrícola.
- 5 - Explique o que entende por UHT.
- 6 - Indique as diferentes formas de natureza jurídica das explorações agrícolas.
- 7 - Indique as principais formas de exploração da terra.
- 8 - Classifique os seguintes fatores de produção:
 - 100 horas de trabalho eventual para colheita de milho,
 - trator de 200 cv,
 - 5500 kg de adubo em armazém,
 - 25 hectares de pomar de bananeiras,
 - 6700 kg de adubo incorporado numa seara de tomate,
 - 300 fardos de feno produzidos, prontos a vender,
 - 1,5 km de caminhos,
 - trator,
 - 800 m de condutas de rega enterradas,
 - silos para silagem em alvenaria,
 - pulverizador,
 - equipamento de rega por aspersão móvel,
 - edifício de escritório,
 - 20 novilhos gordos para venda,
 - 3 empregados permanentes,
 - reboque,
 - viatura ligeira.



Mão de obra	Capital	
	Terra	
100 h trabalho eventual	Melhoramentos fundiários	
	Plantações	
	Construções	
	Fixo Vivo	
	Fixo Inanimado	
	Aprovisionamento	
	Cativo	
	Maneio	

9 - Faça um quadro exemplificativo do que é para si **capital da exploração agrícola**.

10 - Uma empresa agrícola dispõe, entre outros, dos seguintes recursos em capital:

- 25 hectares de terra,
- 30 sacos de adubo em armazém,
- 1 trator de 90 cv,
- 45000 centavos na conta à ordem,
- um hangar para máquinas,
- um edifício de escritório,
- sementeira de trigo efetuada em 2 ha (300 kg de semente, 1500 kg de adubo de fundo,
- 2 horas de trator + semeador alugado),
- pomar instalado em 10 hectares,
- uma charca ou barragem,
- um furo ou poço,
- equipamento de escritório,
- consumíveis de escritório,
- alfaias de mobilização do solo.



10.1 - Classifique cada um deles de acordo com a classificação que conhece para o Capital da Empresa.

Capital da empresa	Capital fundiário	Terra e águas naturais		
		Benfeitorias	M. Fundiários	
			Plantações	
	Construções			
	Capital de exploração	Fixo	Vivo	
			Inanimado	
		Circulante	Aprovisionado	
			Cativo	
			Maneio	

11 - Numa exploração agrícola que se dedica à criação e engorda de gado bovino (venda aos 18 meses), no final de mais um ano, está a ser efetuado o levantamento do conjunto de recursos envolvidos na sua atividade.

10.1 - Classifique a lista que, até ao momento, foi elaborada e que se apresenta a seguir:

- 100 ha de terra,
- 30 vacas aleitantes,
- 25 novilhos gordos prontos para venda,
- 25 novilhos em recria e engorda,
- prados permanentes instalados em 50 ha,
- folha de 10 ha acabada de semear de consociação para feno, onde foram utilizadas até à data sementes, adubos, serviço de sementeira alugado, e gásóleo nas operações de preparação do terreno que foram efetuadas com equipamento próprio,
- 10 bebedouros móveis,
- 2 currais,



- fardos de feno em armazém,
- fardos de feno consumidos,
- rações já consumidas pela vacada de mães e no acabamento dos novilhos,
- 2 tratores, 1 reboque, alfaias diversas,
- rações diversas em armazém,
- ribeiro que atravessa a propriedade,
- 2 motobombas,
- manga para maneo,
- cercas permanentes,
- armazém para rações,
- silos em alvenaria,
- rolos de plástico para cobertura de silos (em armazém),
- plástico estendido sobre os silos.

Capital da empresa				

12 - Indique o que entende por capital variável.

13 - O Governo timorense decidiu avançar com um sistema de criação de empresas “na hora”.

13.1 - O que é para si esta afirmação de empresa “na hora”.

14 - Indique como se subdivide o Ministério da Agricultura e Pescas de Timor-Leste.



Bibliografia

- AA.VV., *A Teoria da Produção e dos Custos*. Lisboa: Organização e Edição da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia, 1997.
- AVILLETZ, F., *A Agricultura Portuguesa Face à Agenda 2000*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 1997.
- AVILLETZ, F., *Reforma da PAC: Evolução e Principais Implicações para a Agricultura e o Mundo Rural Português*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 1997.
- AVILLETZ, F., *Análise de Projectos Agrícolas no Contexto da Política Agrícola Comum*. Lisboa: Edição do Banco Pinto e Sotto Mayor, 1991.
- AVILLETZ, F., et al., *Análise de Projectos Agrícolas no Contexto da PAC*. Lisboa: Edição do Banco de Portugal, 1987.
- BALLESTERO, E., *Economía da la Empresa Agraria y Alimentaría*. Madrid: Ed. Mundi-Prensa, 1991.
- BARROS, H.; ESTÁCIO, F., *Economia da Empresa Agrícola*. Nova Lisboa: Edição da Universidade de Luanda, 1972.
- BARROS, H., *Os grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975.
- CAIADO, P., *Contabilidade de Gestão*. Lisboa: Vislis Edições, 1997.
- CAIADO, P.; PINTO, A., *Manual do Plano Oficial de Contabilidade*. Lisboa: Áreas Edições, 2002.
- CALDAS, E. C., *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais, 1998.
- CRISTOBAL, G. B., GONZALEZ, J. J., *Agricultura y Sociedad: en el cambio de siglo*. Madrid: McGraw-Hill, 2002.
- CUNHA, A., *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*. Lisboa: Plátano Editora, 2000.
- LOURENÇO, J. S., *Zonas Rurais Interiores Portuguesas. Necessidade de Medidas de Política*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 1998-1999.



LOURENÇO, J. S., *Cooperativismo Rural Desafios e Caminho do Século XXI*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 1999.

MANSINHO, M.; BARREIRA, M. M., *Compra e Consumo de Maçã: Práticas, Motivações, Critérios de Escolha*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 2001.

MANSINHO, M. I.; HENRIQUES P. D., *Subsidiar os Sistemas de Agricultura Pouco Intensivos: O Olival Tradicional e o Olival Biológico em Portugal*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia, 2000.

NARCISO, V. HENRIQUE, P., (2008) *As mulheres e a terra, uma leitura da situação em Timor-Leste*, Departamento de Economia, CEFAGE, Universidade de Évora, Évora, Portugal, paper presented at 2008 European Association for Evolutionary Political Economy Annual Conference - Labour, Institutions and Growth in a Global Knowledge Economy', Roma, 6-8 November 2008.

SEVINATE PINTO, A., *A Previsível Evolução da PAC e os Interesses Nacionais*, in *Actas do V Congresso Nacional de Agricultura - "O Agricultor na Sociedade do III Milénio"* Lisboa: 2001.

SAMOUCO, R., *Dicionário de Agronomia*. Lisboa: Plátano Editora, 1998.

SOUSA, A., *Análise Económica*. Lisboa: Edição da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

Sítios na Internet:

www.gppaa.min-agricultura.pt - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura

www.iapmei.pt - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento

www.icep.pt - Instituto das Empresas para os Mercados Externos -

www.ifadap.min-agricultura.pt - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas -

www.vidaeconomica.pt - Portal do Grupo Editorial Vida Económica

AMÉRICO, J. Modelo de Extensão Rural Agrícola no Distrito de Bobonaro - Timor-Leste

<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2460/1/TESEJO%3%83OAM%3%89RICO.pdf> 4.aumentar os Rendimentos e Produtividade Agrícolas - a Importância da

Agricultura na Economia



<http://siteresources.worldbank.org/INTTIMORLESTE/Resources/Chap4+PORTUGESE.pdf>

http://agrogestao.com/pgfga2/CD/index.html?bt1_empresa_agricola.htm

